

MAPA DA DITADURA / Brasília, centro do poder, não tem identificados os espaços usados pelo regime militar para torturar e fragilizar os oponentes. Reconstruir esses caminhos é um dos desafios das comissões que buscam a verdade de um passado obscuro

A ditadura morou aqui

Relatos de presos e documentos mostram alguns lugares usados tanto pelo regime militar quanto por pessoas que lutavam contra a falta de liberdade

1. Universidade de Brasília

SG-12: prédio onde funcionava a biblioteca. Há relatos de espancamento de estudantes, em 1967, depois de visita de embaixador americano

Estacionamento ao lado da Faculdade de Educação 3: lá existia um barracão que dava abrigo à Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (Feub), instituição que funcionou na clandestinidade

Reitoria: não se sabe ainda onde funcionava, mas o prédio da administração central da instituição abrigou também, em uma sala, a Assessoria de Segurança da Informação, que passava e recebia informações da comunidade universitária ao governo

Colina: a moradia dos professores da universidade abrigou docentes contrários ao regime, que emprestavam o apartamento a reuniões

Oca: a moradia estudantil era outro ponto de encontro dos militantes

Campinho, ao lado dos bancos: espaço para o qual os estudantes eram levados durante interrogatórios



Instituto Central de Ciências (ICC): local de vigilância por parte do governo e palco de invasões da polícia

2. CIEM (606 Norte)

O Centro Integrado de Ensino Médio tinha forte ligação com a UnB, e os estudantes do colégio faziam grande mobilização política na Asa Norte.

3. Clube da Imprensa (Setor de Clubes Norte)

Permitia a reunião de sindicatos

4. Setor Militar Urbano

Pelotão de Investigações Criminais: comandado pela Polícia do Exército de Brasília, o local concentrou a maior parte das prisões e torturas do DF.

5. Setor Policial Sul

Polícia Federal: lugar de interrogatórios e prisões

Casinha branca: há relatos de que o espaço no Quartel da Polícia Militar servia para ameaças e prisões a policiais considerados subversivos ou traidores do regime

Escola Nacional de Administração Pública: salas subterrâneas do que era um antigo prédio da Polícia Federal, foram usadas como cela

ENAP: O prédio era propriedade da Polícia Federal e também era usado como passagem de presos políticos antes de eles serem distribuídos.

6. Setor Bancário Sul

Ipea: A sede do instituto Antigo/Atual prédio do Ipea/BNDES — Uma cela no subsolo era usada para prender suspeitos de subversão. O Departamento de Censuras de Diversões Públicas centralizava os trabalhos dos censores de todo o país, inclusive com um auditório equipado para análise das obras.

7. Área central

Esplanada dos Ministérios: As garagens dos prédios das Forças Armadas são indicados por ex-presos políticos como espaços de prisões, interrogatórios e torturas

Teatro Nacional: Com poucos espaços disponíveis, o local voltado para a arte transformou-se em prisão. Conic, Boate Aquarius; além de ser uma boate LGBT, era palco de espetáculos teatrais e performances com forte crítica política

8. W3 Sul

707/708 Sul: a Praça 21 de abril, às margens da W3, era usada para reuniões de militantes. A avenida também foi palco de passeatas e manifestações

9. Elefante Branco

Os estudantes secundaristas do colégio também formaram uma resistência e tornaram-se alvo de investigações

10. Planaltina

Colégio Agrícola: chegou a ser ocupado e dirigido por alunos durante alguns dias, em forma de protesto

Pista de pouso: seria utilizada para o transporte de presos políticos

11. Lago Paranoá

Há relatos de torturas e ameaças de afogamentos feitas na beira do lago. A ponte Costa e Silva seria um dos palcos: os torturadores ameaçavam jogar os presos políticos de lá

Pacifico/CB/DA Press

Na paisagem, a dor da história

» ANA POMPEU

Alexandre Ribondi falou sobre o tema pela primeira vez neste ano. Cláudio de Almeida conta o que viveu, mas, ao chegar no ponto da tortura, cala-se e precisa tomar um ar para continuar. Betty Almeida escreveu um livro sobre o amigo Honestino Guimarães. Alduísio Moreira transformou a própria história em romance. Cada um deles encontrou uma forma de lidar com as lembranças. Em comum, a juventude vivida num período de repressão dura, praticada pelo Estado. Os locais de Brasília que hoje são paisagens, órgãos públicos, espaços culturais permeiam as memórias daquela geração acompanhada de sentimentos dolorosos.

A juventude é, por essência, uma etapa de inquietações. Não bastasse o desassossego característico dessa fase, a deles coincidiu com o período da ditadura militar no Brasil. Cresceram em Brasília quando a cidade ainda tinha poucos anos de existência, mas passava por agitação política que mexeu com a vida de cada brasileiro. Eles estudavam na também recém-criada Universidade de Brasília (UnB). Tinham 20 e poucos anos. Em meio a um cenário político hostil, se posicionaram contrários ao regime e, por isso, sofreram retaliações institucionalizadas. Todas elas, em ambientes da capital federal.

Apesar de Brasília ser o centro do poder e estar em pleno funcionamento, a maioria dos moradores desconhece os detalhes dessa história. Foram anos que passaram em branco para eles, que não têm o entendimento da gravidade dos episódios que ocorreram na cidade. Quando se fala em repressão ou resistência, os brasilienses não pensam automaticamente no Distrito Federal como palco de fatos importantes da história recente do Brasil. Mas as terras da região abrigaram repressão difusa, pelas quadras, pelos bares, e violações de direitos humanos, com prisões arbitrárias, tortura. A população não ficou inerte. Os resistentes encontraram endereços e se organizaram. Até pouco tempo, os episódios do período estavam restritos à memória de atores como Ribondi, Cláudio, Betty, Alduísio e os algozes deles.

Espaços da esquerda

Repúblicas de estudantes, apartamentos de professores, moradia estudantil serviram de espaço

Janine Moraes/CB/DA Press



Auditório do Ipea: espaço usado pelos censores do período de exceção para avaliar o que poderia chegar à sociedade da produção artística nacional

para reuniões da esquerda. A Universidade de Brasília (UnB) ficou marcada como uma trincheira dos opositores ao regime. Por isso, tornou-se alvo de interferências constantes do regime militar. Os colégios secundaristas, como o Elefante Branco, iniciavam adolescentes na política. A Igreja Católica, por meio do Centro Cultural Brasília (CCB), permitia reuniões sindicais e procurava informações de jovens presos. Os pais, aliados dos insurgentes, visitavam delegacias em busca de notícias de estudantes.

Locais que hoje fazem parte da arquitetura símbolo da democracia no país, como a Esplanada dos Ministérios, ou são pontos turísticos importantes para a população, como o Lago Paranoá, serviram, no passado, de espaços de detenções e interrogatórios acompanhados de torturas. O Conic e o Teatro Nacional deixaram as vocações culturais em alguns momentos e serviram à truculência do regime.

Diferentemente de Brasília, metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro têm catalogado os endereços das práticas obscurantistas do Estado brasileiro. A ditadura foi e ainda é inspiradora para pesquisas acadêmicas, produção literária, reportagens. Locais como o Destacamento de Operações de Informações —

Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), ou o Riocentro, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, ficaram conhecidos por abrigar torturas ou episódios emblemáticos, como o atentado do Riocentro. Outras capitais, como Recife, também têm lugares simbólicos para o período.

Pesquisa

Em Brasília, muitos desses endereços estão em pé, sem que os frequentadores tenham noção do que aconteceu ali. “É uma história mal contada, com muitos pontos nebulosos. Brasília era um lugar estratégico. Mesmo não sendo um centro tão importante como Rio de Janeiro e São Paulo para o período, a linha de comando passou por aqui”, diz Daniel Faria, professor de história da UnB e integrante da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da instituição. As comissões e os grupos formados antes e a partir da instituição da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012, foram os primeiros a reunir esforços para recuperar a história da ditadura militar, com exceção de iniciativas individuais.

“Essa pesquisa sistemática é novidade. Brasília é capital e traz

com isso a hierarquia militar. A repressão aqui foi muito violenta. Por ser um lugar estratégico, o acesso à informação é mais difícil. É uma memória dolorosa que foi pouco estudada”, avalia Daniel Faria. A Lei de Acesso a Informações Públicas não surtiu ainda o efeito esperado quando foi promulgada, em novembro de 2011. “O acesso daqueles arquivos que as pessoas sabiam que existiam melhorou muito, além de alguns poucos que foram abertos”, analisa. De acordo com ele, a resposta recebida em alguns órgãos é que boa parte dessa documentação estratégica, dos centros de inteligência da época, foi destruída. “Mas acho impossível que tenha sido destruído. Ainda hoje é informação estratégica, sobre pessoas que estão vivas, como o presidente Dilma, José Dirceu”, completa.

Conhecer o passado

Para a integrante e coordenadora de grupos de trabalho da Comissão Nacional da Verdade, Rose Maria Cardoso da Cunha, as pesquisas em torno dos locais da ditadura em toda a extensão brasileira devem ser muito aprofundadas. “Temos que conhecer bem melhor os espaços onde a repressão aconteceu. As violações atravésaram o país todo, as prisões arbitrárias foram generalizadas.

Mas há muitos lugares, fora da estrutura oficial do Estado, onde ocorreram atrocidades e precisamos identificá-los. Existem muitos centros clandestinos onde se matou, se torturou e se ocultou cadáveres”, afirma.

Ainda que todas as cidades precisem se esforçar para contar essa história de forma completa, dentre as maiores cidades brasileiras e pela importância política da cidade, Brasília precisa avançar ainda mais. “São Paulo e Rio conhecem o passado porque viveram com maior clareza. Também foi mais caricatural, com situações diferentes de prender em prisões ou delegacias, mas em estádios, navios”, explica Rose. Na duas cidades, livros foram publicados desde o início do século. “Com a criação de comissões da verdade e de comitês, essas histórias de todos os estados e de Brasília estão sendo revisitadas. As comissões universitárias e de entidades vão buscar quem morreu, quem desapareceu, quem começou pelas graves violações, como assassinato, tortura, ocultações de cadáver”



Brasília é capital e traz com isso a hierarquia militar. A repressão aqui foi muito violenta. Por ser um lugar estratégico, o acesso à informação é mais difícil. É uma memória dolorosa que foi pouco estudada”

Daniel Faria, professor de história da UnB e integrante da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade



Com a criação de comissões da verdade e de comitês, essas histórias de todos os estados e de Brasília estão sendo revisitadas. As comissões universitárias e de entidades vão buscar quem morreu, quem desapareceu. Eles começam pelas graves violações, como assassinato, tortura, ocultações de cadáver”

Rose Maria Cardoso da Cunha, integrante e coordenadora de grupos de trabalho da Comissão Nacional da Verdade

MAPA DA DITADURA

Ex-aluno da UnB e teatrólogo recorda a perseguição e a tortura sofrida durante o regime de exceção, sem que houvesse contra ele uma acusação formal. Segundo Ribondi, manter a liberdade exigia um esforço para não cair na cilada da autocensura

Violência que marcou a alma

» ANA POMPEU

Em Brasília, desde o golpe militar, em 1964, até a redemocratização, em 1985, a ditadura esteve atenta a cada movimento na cidade. Além dos pontos oficiais da repressão, como as sedes das Forças Armadas ou da Polícia Federal, todo endereço era passível de fiscalização. A ideia era impedir qualquer tipo de ação considerada subversiva. Muitos foram os moradores da cidade que estiveram sob os olhos do regime. Poucos são aqueles que, hoje, conhecem os detalhes desse passado. O *Correio* começou, na edição de ontem, a publicar uma série sobre os locais representativos para a ditadura militar em Brasília. Tanto endereços emblemáticos para a repressão quanto para a organização da resistência serão contados por meio das experiências de personagens que participaram ativamente do período.

Um deles é Alexandre Ribondi, 60 anos, diretor de teatro. Naquela época, a tensão era constante. “Eu saía de casa e tinha um policial na porta que me dizia: ‘E aí, vagabundo, vai ser preso hoje?’”, conta. Além da vigilância incessante, o então estudante foi detido. Completou os 20 anos preso. Passou por interrogatórios e tortura. Teve a casa em que vivia em Sobradinho invadida e revirada. Todas essas lembranças, no entanto, ficaram camufladas. Ribondi jamais voltou a tocar no assunto até este ano.

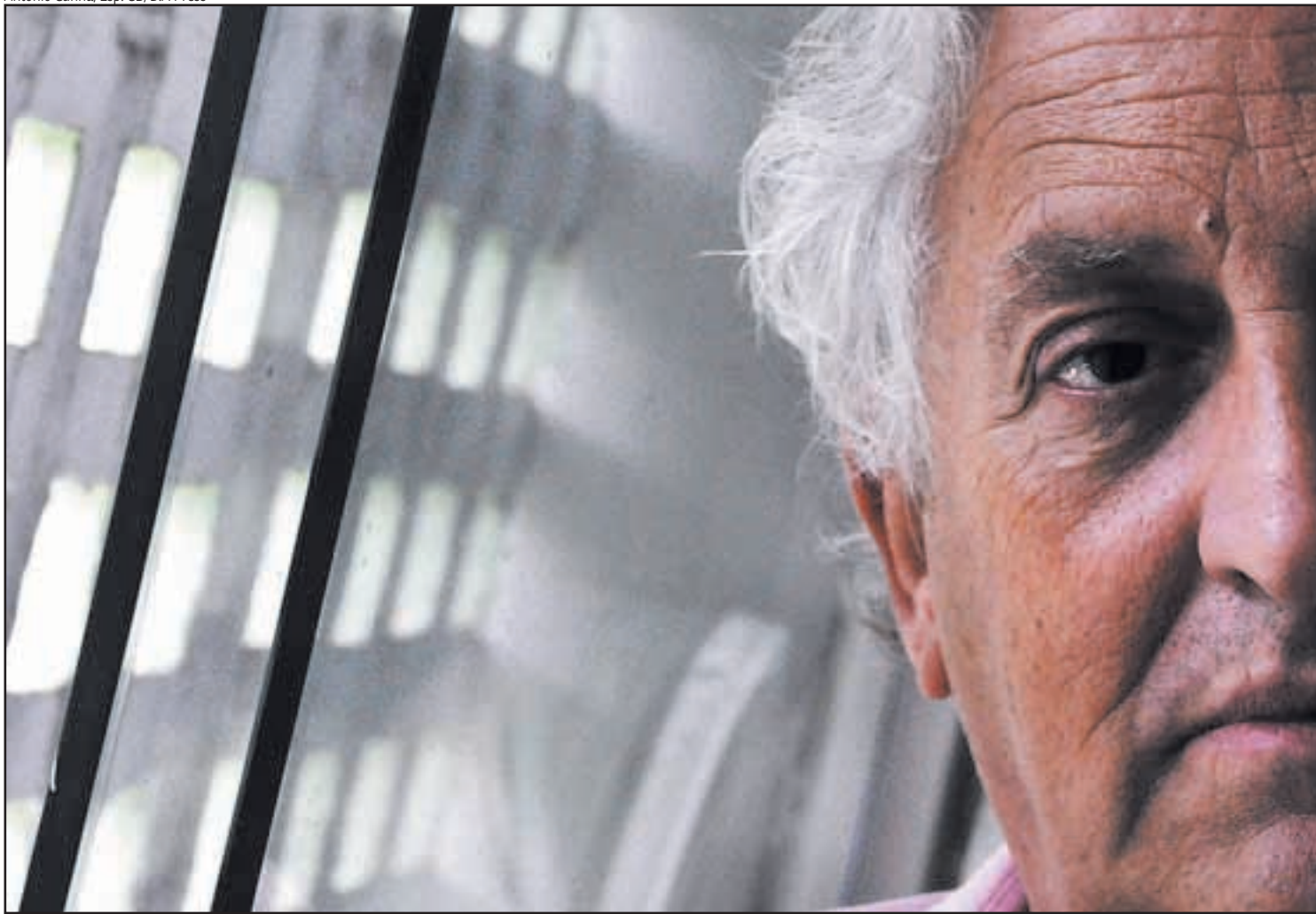
“A repressão existia de maneira organizada, persistente, permanente. Estava dentro de sala de aula, na rua, no bar”, lembra o diretor de teatro e produtor cultural Alexandre Ribondi, 60 anos. Para ele, na capital, a ditadura cumpriu o objetivo de estar presente em todos os âmbitos da vida dos cidadãos. “A violência existia 24 horas. O que eles queriam é que a repressão ficasse na sua alma e, assim, a figura do repressor não fosse mais necessária. Para manter a sua liberdade era preciso se esforçar o tempo todo e deixar que o censor te censurasse, e não você mesmo. Era extremamente cansativo”, lembra.

Ele fazia faculdade de jornalismo, mas sempre esteve envolvido com as artes cênicas. Em 1973, ele trabalhava em um jornal e foi pautado para ir ao câmpus da Universidade de Brasília produzir uma matéria. Ao sair da biblioteca e ir em direção ao Instituto Central de Ciências (ICC), o Minhocão, um homem o abordou. “Ele estava com a mão dentro da camisa. Achei que ia tirar um cigarro e me pedir um isqueiro, mas tirou uma arma e cobrou meus documentos. Fui levado até um carro chapa-branca no meio do mato, onde hoje é a reitoria. De lá, rodaram comigo e me encapuzaram. Não sabia onde estava”, disse.

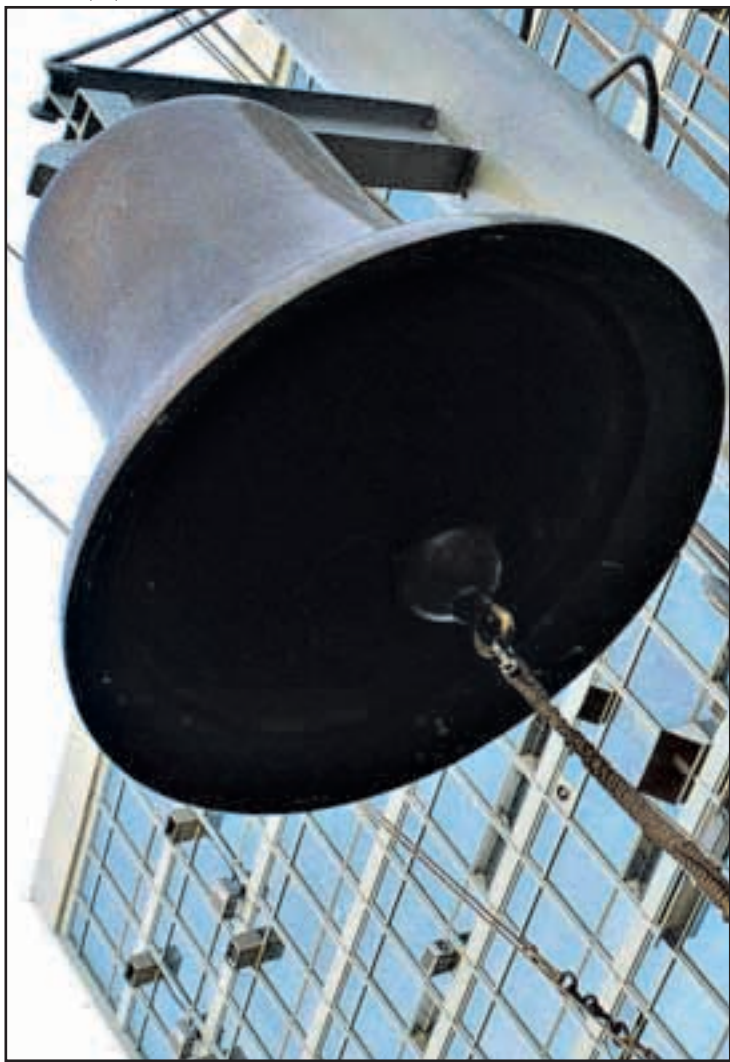
Prisão e tortura

Ribondi perdeu a noção do tempo. Ele acredita ter ficado nas mãos dos policiais por cinco dias, mas não sabe ao certo quanto tempo foi o período que passou no local, também incerto. Lembra-se do chão, forrado com páginas de jornal e de uma rampa. Além disso, ele sabia que se tratava de um salão espaçoso e ouvia o badalar de um sino com frequência. Para chegar ao banheiro, os policiais faziam com que ele se

Antonio Cunha/Esp. CB/D.A. Press



Carlos Vieira/CB/D.A. Press



Sino no Ministério da Marinha: lembrança amarga de Ribondi

abaixasse, desse voltas, desviasse de objetos diferentes a cada vez. No teatro, os atores fazem exercício semelhante e por isso ele entendeu ser um jogo. O banheiro era o único local em que Ribondi podia tirar o capuz. Logo, foi apelidado de “o mijão”. Em uma das idas ao sanitário, o policial entrou com ele na cabine e fez insinuações de conotação sexual.

“Fui muito torturado. Choque, soco na barriga, varetadas na canela, insultos, tortura psicológica. O tempo todo de capuz. Não podíamos deitar. Eles não nos deixavam dormir. Nos interrogatórios, preocupavam-se em saber quem fazia trabalhos clandestinos, quem fumava maconha e quem era homossexual. Fizeram roleta russa comigo”, afirma o ex-aluno da UnB, que nunca teve

no meu ombro e disse: ‘mande um abraço para o seu irmão. Gosto muito dele’ e, então, ouvi passos de quem estava correndo. Olhei e vi uma pessoa toda de branco, inclusive os sapatos”, relembra. Meses depois, acompanhou o irmão ao banco. Ouvi alguém conversando com ele e reconheceu a voz. “Eu me virei e nós nos assustamos. Mas não comentei com o Paulo de Tarso”, disse. Ribondi só contou o episódio em depoimento à Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do DF.

Outro episódio guardado por muito tempo aconteceu anos mais tarde, em 2006. Ele estava com amigos em uma cerimônia realizada no Ministério da Justiça. “Eu estava de fora, conversando, quando ouvi o som de um sino. Isso me deu uma tristeza enorme. Foi como um encontro macabro, extremamente desagradável”, conta. Ele atravessou o Eixo Monumental e conseguiu entrar na garagem de outro **ministério** e identificou o espaço. Também não comentou com ninguém. Hoje, pelos menos quatro depoimentos à comissão do Sindicato dos Jornalistas mencionam prédios de ministérios como local de prisão e tortura. Três deles, incluindo o de Ribondi, indicam a garagem do Ministério da Marinha como o ponto exato. Um quarto, o de Hélio Doyle, aponta a sobreloja do Ministério do Exército.

Perseguições

Ainda com 15 anos, ao chegar em Brasília Ribondi não imaginava que passaria por nada disso. Estudava no Elefante Branco, na Asa Sul, quando começou a ter contato com a esquerda. “Você não tinha muita escolha. Quando uma ditadura se coloca de maneira tão violenta, é um esforço sobre-humano ser indiferente”, avalia. Adolescente, ele viu uma amiga namorar um rapaz na escola. Depois de sofrer um acidente, os dois descobriram, no hospital, tratar-se de um policial. “Nós tínhamos 15 anos e estávamos aptos a sermos vigiados e presos.”

Dados novos

O Sindicato dos Jornalistas do DF pretende transcrever os depoimentos com menção a prisões nos prédios da Esplanada. De acordo com Hélio Doyle, integrante da comissão da entidade e ex-presos político, os relatos são novidade. Portanto, os documentos devem ser enviados à Comissão Nacional da Verdade para investigações mais detalhadas.

Teórico comunista

Fundador da República Popular da China e um dos mais proeminentes teóricos do comunismo do século 20, Mao Tsé-Tung (ou Mao Zedong) governou o país de 1949 até sua morte, em 1976. Ele desenvolveu ideias sobre revolução e guerrilha que influenciaram marxistas no mundo inteiro, inclusive no Brasil. O PC do B, então na clandestinidade, desenvolveu ações guerrilheiras durante a década de 1970 embasadas nas ideias de Mao. Sua contribuição teórica para o marxismo-leninismo, estratégias militares, e suas políticas comunistas são conhecidas coletivamente como maoísmo.

Por todos os lugares que morou, foi fiscalizado. Depois da prisão, passou a viver com oito amigos em uma casa em Sobradinho. Em uma viagem a Belo Horizonte, recebeu a ligação de uma amiga. “Ela disse que todas as pessoas que moravam comigo haviam pegado um resfriado, ainda tinha risco de contágio, que eu ficasse longe.” Ribondi ofereceu e passou uns meses fora. Soubes mais tarde que a casa havia sido invadida, revirada e todos os moradores presos. Lá, ficou enterrado um exemplar do livro vermelho de **Mao Tsé-Tung**. Ribondi estava traduzindo a obra, mas desconfiou da ação e se antecipou. “Deve ter nascido um pé de livrinhos vermelhos”, brinca.

Em um apartamento na 409 Sul, foi perseguido ao sair de casa.



O choque faz um barulho muito curioso de bolas de gude correndo dentro de uma caixa. E aí vem o choque. E aí você dá um grito. Faziam as perguntas e ficavam te perguntando e perguntavam outra vez e perguntavam outra vez e aí de novo o choque”

“Eu estava de fora, conversando, quando ouvi o som de um sino. Isso me deu uma tristeza enorme. Foi como um encontro macabro, extremamente desagradável”

“Dançar e sorrir também era proibido. O riso é extremamente subversivo.”

Alexandre Ribondi,
60 anos, diretor de teatro

“Ouvíamos para tomarmos cuidado, porque uma bala perdida podia nos acertar, a cidade era muito violenta”, lembra. Ele e os amigos perceberam homens os fotografando de longe algumas vezes. “Tudo isso acontecia. Hoje, é meio ficção, monstruoso. Antes era corriqueiro”, disse. Quando alugou um quarto na 312 Norte, a dona da casa o chamou no meio do banho perguntando pelo endereço da namorada. Havia dois homens esperando na porta. Ele teve que acompanhá-los até o Guarã 1, no endereço onde se reuniam. Ele fingiu estar perdido e conseguiu despistar os policiais. A namorada e as amigas foram avisadas e fugiram no dia seguinte. Ribondi também se mudou. “Fui para a França. Eu era um exilado voluntário, o que é um eufemismo, já que, se ficasse no país poderia ser preso novamente”, enfatiza.

Na volta, fazia espetáculos com alto teor político na Aquarius, uma boate LGBT no Conic. Algumas vezes as peças eram interrompidas, as luzes acesas. Antes, em Sobradinho, o grupo fazia o chamado teatro terrorista. Iam para a rua, apresentavam-se e corriam. Ribondi não participou de grupos organizados de oposição. Sua militância sempre foi pelo teatro. Mas a arte também merecia toda a atenção do governo. “Dançar e sorrir também era proibido. O riso é extremamente subversivo.”

» Leia na edição de amanhã reportagem sobre os locais oficiais da repressão

» Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG quadra 02 lote 340, setor gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

» Sepultamentos realizados em 20 de outubro de 2013

» Campo da Esperança

Ana Pereira da Silva, 68 anos
Maria Correa Marques, 76 anos
Pedro Paulo Pereira Marinho, 28 anos

» Taguatinga

Carlos Roberto de Souza Lima, 54 anos
Edmundo Fernandes do Nascimento, 81 anos
Eunice Carvalho de Brito, 63 anos
Francisco Tavares Sampaio, 84 anos

Guiomar Ribeiro Araújo, 95 anos
Honorina Vieira da Silva, 90 anos
Manoel Miranda de Jesus, 53 anos
Maria Deusani de Jesus, 53 anos
Paulo de Sousa Cavalcante, 47 anos
Raimunda Nonata Pereira da Silva,

55 anos
Raimundo dos Reis Nunes de Moura, 62 anos
Sueli Batista de Araújo, 45 anos

» Gama

José Balbino da Costa, 62 anos

José Patrocínio, 83 anos
Milton Batista Teodoro, 67 anos
Valtecir Alves Rodrigues, 65 anos

» Sobradinho

Eva Cardoso da Silva,

57 anos
Rita Magno Fontes Silva, 56 anos

» Jardim Metropolitano

Adão Guilherme Loesch, 70 anos



MAPA DA DITADURA

Aos 25 anos, o então estudante da Universidade de Brasília Cláudio de Almeida foi levado pelo Exército e passou pelo famigerado Pelotão de Investigações Criminais. Lá, conheceu a brutalidade dos militares ao lado do amigo Honestino Guimarães, desaparecido desde 1973

Na prisão, 15 dias de tortura

» ANA POMPEU

Apenas quatro anos depois da inauguração, Brasília, ainda com prédios em construção, tornou-se o centro de um golpe militar. Em 1º de abril de 1964, as Forças Armadas derrubaram o governo do então presidente João Goulart. A cidade era sede oficial dessa instituição, da Polícia Federal e outros órgãos de segurança. Todos os comandos hierárquicos passavam por aqui. Além disso, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, estados apoiadores do movimento, enviaram tropas para o Distrito Federal. A região se tornou, então, uma das mais policiadas do país, sendo o Pelotão de Investigações Criminais (PIC), do Exército, no Setor Militar Urbano (SMU), um dos locais com mais relatos de torturas.

“Esse aí eu conheço. Ele é mandado. Pode levar.” Assim foi decretada a prisão de Cláudio de Almeida, durante invasão da Universidade de Brasília (UnB) em 1968. Do local batizado como campinho e usado para triagem dos estudantes, ele foi levado ao prédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Setor Bancário Sul (SBS). Na época, o instituto dividia espaço com a PF. Cláudio tinha 25 anos e não passou muito tempo lá. “Fui levado para a garagem. Já existiam estudantes presos e continuava chegando gente. Mas resolveram subir comigo. Um sujeito falou: ‘Aqui já passaram dezenas de estudantes, mas estão chamado você no Exército’”, recorda-se. A ordem foi obedecida em seguida e Cláudio foi levado, encapuzado, ao famigerado PIC.

Na cela, um conhecido, outro estudante. Havia mais um preso, do qual o alertaram para não conversar. Estaria ali a mando dos militares para ouvir o que os detentos diziam. Os primeiros dias foram de interrogatórios violentos. “Éramos meninos. Ficávamos abismados com a brutalidade deles”, avaliou. Hoje com 70 anos, o ex-estudante da UnB diz nunca ter sido líder estudantil. Define-se como alguém de articulação. Participou do grupo Ação Popular e outros movimentos dentro da universidade.

Balde d'água

O anúncio do interrogatório era um balde d'água. “Aí me levaram para prestar os depoimentos. Gritavam ‘comunista! comunista!’. Vinham com telefone, aqueles tapões no ouvido. Queriam saber de que grupo eu fazia parte e quem mais estava comigo. Com relação a choque elétrico. Não gosto de falar nesse assunto... Isso é uma coisa que... A gente...”, disse, emocionado. O choque elétrico veio depois que os militares falharam na acareação com Honestino Guimarães, líder estudantil da UnB desaparecido desde 1973. Os dois, amigos e companheiros de resistência na universidade, foram colocados lado a lado.

Muito branco, Honestino estava cheio de hematomas, boca machucada, olhos roxos. “O coronel nos colocou juntos e disse: ‘Está vendo aí? Olha o líder de vocês. Está todo cagado, olha o que virou. Não aguenta uma porrada’, e começaram a exigir que ele dissesse quem eu era, de que grupo fazia parte, e espancaram o Honestino.

Janine Moraes/CB/D.A.Press



Cláudio de Almeida foi levado de um local conhecido como campinho da Universidade de Brasília, onde os estudantes passavam por uma espécie de triagem dos militares

Arquivo/UnB - 29/8/68



A prisão ocorreu durante a invasão da UnB, em 1968, e foi registrada pelo Correio, na ocasião

Ele não falou nada”, lembra. O amigo também passou por afogamentos. A sessão de tortura durou horas. “E ele não abriu a boca. Nem olhava para mim. Ficava com um olhar perdido. Era um menino. E não falava.”

A partir daí, os militares passaram a dar choques em Cláudio. “É uma coisa impressionante, que você não tem mais dimensão do tempo. Mas quando para... Ah parou!” Cláudio dá uma pausa. “Você começa a ter uma relação paranoica com o cara que fica lá. Pensa: ‘desligou, podia deixar mais cinco minutos, mais um minuto. Dali a pouco, ele liga novamente’”, conta.

Daniel Faria, professor da UnB

e integrante da Comissão da Verdade Anísio Teixeira da UnB (leia Para saber mais), explica que há uma diferença na conceitualização de tortura. “Violência acontecia até nas delegacias. Mas existe a que envolve um aparato técnico, com apoio médico, institucional e sistematizada, com troca de conhecimento entre os órgãos”, detalha. Em Brasília, o palco desse tipo de tortura era o PIC, para onde eram levados também presos de Goiás. No local, há relatos de técnicas variadas, como uso de baratas em órgãos sexuais femininos, pau-de-arara, além da tortura psicológica.

Depois de 15 dias, a tortura para Cláudio acabou. Ele foi liberado

após um mês, mas com a promessa dos militares de que o encontrariam e o prenderiam novamente. Por isso, passou um tempo fugindo. Na volta a Brasília, recebeu um recado do amigo de prisão. Honestino já estava na clandestinidade e marcou um encontro no Instituto Central de Ciências (ICC) da UnB, ainda em obras. Cláudio foi levado até lá encapuzado, para não expor o líder estudantil. “Ele me contou que sairia da cidade. Perguntou para mim o que eu faria. Respondi que não tinha mais estrutura para continuar. Eu era um pequeno-burguês e minha família sofrera muito com minha prisão”, relata. Os dois abraçaram e se despediram.

» Depoimento

Deboche no teatro

“Durante a hora da aula da UnB, em 9 de abril de 1964, a Polícia Militar chegou e desceu uma tropa e, pouco depois, saiu uma lista de chamados à reitoria. Estávamos em um dia normal no prédio do Dois Candangos. De repente, vi soldados rastejando pelos jardins como se fossem fuzileiros navais tomando uma praia. Fomos levados em um ônibus para o Teatro Nacional. Lá, funcionava o Comando de Operações da PM de Minas Gerais, que viera para cá. O teatro estava em obras. Ficamos em um vão. O mais preocupante era não saber de coisa alguma. A invasão da UnB foi apenas oito dias depois do golpe. Nós seríamos levados a um quartel. O momento mais desagradável desse dia foi a saída do teatro. Os soldados criaram um tipo de um corredor polonês e ficaram debochando e provocando. Eu fiquei pouco tempo, pois era promotor (além de professor da UnB) e meus colegas entrevistaram. Logo fui libe-



Fábio Rodrigues Pozzebom/Arquivo - 24/9/12

rado do quartel. Mas o problema veio à noite, quando vimos a prisão de deputados e desembargadores, autoridades importantes. Aí soubemos do Ato Institucional nº 1, que retirava direitos políticos de opositores ao regime e permitia a prisão deles. Era o início da ditadura.”

José Paulo Sepúlveda Pertence, 75 anos, foi presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Na UnB, atuou como instrutor desde a fundação, em 1962, até fim de 1965, quando foi um dos professores demitidos na grande crise da universidade

Engajamento

O pai de Cláudio de Almeida era deputado federal, o que motivou a saída de Belo Horizonte para a então capital Rio de Janeiro e, em 1962, para Brasília. Passou a estudar no Caseb, em 1960, e no ano seguinte, no Elefante Branco. Lá, foi o presidente do primeiro diretório acadêmico da escola. Em 1965, ele ingressou em economia na UnB. Integrou o movimento estudantil desde os primeiros dias na UnB e, logo, tornou-se amigo de Honestino. Com ele, participou de ações como a expulsão de um professor chamado dedo-duro.

» Para saber mais

Investigação em curso

Os depoimentos de vítimas e testemunhas da ditadura na Comissão de Memória e Verdade Anísio Teixeira da UnB tiveram início em 21 de maio deste ano. Assim como a Comissão Nacional da Verdade (CNV), a da Universidade de Brasília remonta ao período militar, mas o foco são as perseguições e os abusos sofridos por alunos, professores e funcionários da instituição. O grupo de trabalho também se dedica aos casos de desaparecimento, como o do estudante de geologia Honestino Guimarães, e de mortes em circunstâncias obscuras, por exemplo, a de Anísio Teixeira. Nos anos 1950, ele dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) e, em 1961, idealizou a UnB com Darcy Ribeiro.

Prédio mantém resquícios da repressão

O prédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) abrigou, no passado, estruturas do regime de exceção, que se instalou no país entre 1964 e 1985. O edifício no Setor Bancário Sul deveria abrigar o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A empresa, no entanto, preferiu manter a maior parte da sua estrutura no Rio de Janeiro. Dessa forma, os 18 andares foram divididos entre o

próprio BNDES, dois andares ao Ipea e, do 8º andar para baixo, a Polícia Federal, incluindo os dois subsolos — exatamente os espaços usados para a repressão mais explícita. Ainda hoje, o prédio mantém os resquícios do período. Na garagem, há algumas celas com as grades. Vários estudantes passaram por lá, incluindo Cláudio de Almeida.

No miolo, alguns cofres usados para guardar documentos do

regime. O auditório é o mesmo usado na época pelo Departamento de Censura e Diversões Públicas, da PF, para avaliar as obras que poderiam ou não ser divulgadas. Funcionário do Ipea desde 1962, Divonzir Gusso, 70 anos, testemunhou a movimentação daqueles andares. Mesmo que, em alguns momentos não fosse permitido descer o edifício, ele soube de detalhes importantes. “Tem um projetor de filmes,

daqueles de rolos, que era de primérrima qualidade, além de equipamentos de som, cadeiras de madeira como no Cine Brasília, uma tela enorme. Isso para avaliação das obras artísticas. Tudo vinha para cá, até peças, como Calabar (ensaio teatral), de Chico Buarque. Essas pessoas estavam sempre por aqui para rever as obras censuradas”, contou. Havia uma sala de reuniões exclusivamente para receber os artistas.” (AP)



MAPA DA DITADURA

O Lago Paranoá e áreas de cerrado teriam sido usados por militares para violentos interrogatórios e fuzilamentos durante o regime de exceção. Ex-líder estudantil transformou em livro as lembranças de fatos obscuros ocorridos no Distrito Federal

Endereços escusos da tortura na capital

» ANA POMPEU

Durante a ditadura militar, as forças policiais usaram locais não oficiais para interrogatórios e torturas a fim de que seus atos fossem ainda menos passíveis de questionamentos. Em Brasília, existem histórias de que as margens do Lago Paranoá, grande ponto turístico da cidade, serviram a esse propósito. Teriam ameaçado jogar as vítimas da Ponte Costa e Silva com pedras amarradas ao corpo. Áreas de cerrado também teriam sido usadas com o mesmo objetivo, mas a promessa era de fuzilamento. Relatos indicam um prédio da Polícia Militar como um espaço de tortura.

Esse pedaço da história da atuação do regime em Brasília é ainda mais nebulosa do que o restante. De acordo com o professor Cristiano Paixão, coordenador da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília, é possível que o governo tenha se valido de pontos clandestinos, mas ainda não há nada concreto. “É uma característica de outros estados que pode ter se repetido aqui. Combina com a maneira como a repressão se organizou no Brasil. Havia grupos que atuavam no submundo da repressão para evitar qualquer tipo de controle público”, explica. Em Petrópolis (RJ), a Casa da Morte ficou famosa pela quantidade e pela gravidade de torturas realizadas. Era uma residência particular.

O uso de locais privados a serviço da repressão precisa ser avaliada no Distrito Federal. “Existiam núcleos mais ou menos autônomos tanto nas Forças Armadas quanto nas polícias pelo país. Ainda não temos indícios disso em Brasília”, disse Paixão. Para aprofundar as pesquisas no tema, o caminho é fazer o cruzamento dos depoimentos com os documentos do Arquivo Nacional. Além disso, outra possibilidade é aproveitar a parceria firmada com o Ministério da Justiça para acessar os arquivos da Comissão da Anistia da pasta.

Enquanto as pesquisas em documentos prosseguem, um relato forte pode indicar a prática de agressões fora das dependências das forças de segurança e justificar o apelido de “anos de chumbo”. Alduísio Moreira de Souza se engajou na militância contra a ditadura muito cedo. Depois de preso e torturado, mudou-se de Brasília e transformou em texto as lembranças que não consegue expressar em palavras faladas.

“Quando da morte de Edson Luis, eu já era uma liderança na universidade. Era também dos mais avançados nas discussões políticas. Estudei incansavelmente o que conseguia sobre a revolução.” Alduísio aprendeu e desenvolveu técnicas de confronto. Participou da queima de três rádio-patrolhas da polícia e de seis ônibus

militares. Depois disso, era tido como o sucessor natural de Honestino Guimarães na Federação dos Estudantes da UnB (Feub).

Pouco depois, o movimento organizou uma reunião numa fazenda distante do Plano Piloto. Os menos visados chegaram a Brasília, enquanto os demais ficaram espalhados pelas outras regiões administrativas. Aqueles que corriam mais risco foram buscados em Anápolis ou mesmo em Goiânia. Tudo correu bem. Mas o responsável por fazer as compras se esqueceu da atribuição e Alduísio foi designado para a tarefa.

Bloqueio

Por meio do serviço de inteligência, as polícias Militar e Federal souberam do evento e bloquearam as estradas. As viaturas colocaram cavaletes bem ao lado da universidade, o dos óculos com cordão? Deve ser o que sabe do aparelho. Vai nos levar até lá”, sentenciou o policial. Alduísio e dois companheiros foram levados ao Departamento Geral de Investigações da PF. Em frente à cela, os policiais soltaram: “Ninguém sabe da prisão deles. Podemos dar suêço. Podemos matá-los e jogar no lago, se não colaborarem”. Os três foram tirados da cela, passaram por um corredor polonês e, como não responderam às interrogações, seriam levados ao Lago Paranoá — existem relatos de afogamentos no espelho d’água.

No caminho, Alduísio disse que colaboraria. Pensou na distância que a polícia estava da fazenda e como seria fácil os agentes encontrarem os companheiros. Ele apontou uma estrada acidentada. Os policiais logo perceberam que haviam sido enganados. “Aquilo se transformou em questão pessoal. Apanhei com gosto. Saindo da fazenda, fomos conduzidos a um cerrado, onde nem coruja fazia ninho ou cantava. Eu estava sendo levado para ser fuzilado”, contou. Alduísio foi preso a uma árvore. Com a negativa de colaboração, os agentes abriram fogo. “Escutei um zumbido na cabeça. Era como se tivesse rasgado alguma coisa. Perdi a consciência. Sofri um choque e só fui me recuperar alguns dias depois, já no Batalhão da Guarda Presidencial”, escreveu.

Nas festividades do Dia do Soldado, ele aproveitou a presença de jornalistas para jogar um papel pela janela. O recado era claro. Delatava as torturas sofridas. A denúncia estampou as páginas dos periódicos no dia seguinte. “Estudante torturado até a loucura”, diziam as manchetes. Com a repercussão, ele acabou liberado, mas continuou perseguido, fugiu, mudou de cidade, foi preso novamente em outros estados. Além da simulação de fuzilamento, Alduísio sofreu diferentes tipos de tortura, tendo sido arrastado por viaturas pelo cerrado.

Passeata com o corpo

Foi um estudante secundarista brasileiro assassinado por policiais militares durante um confronto no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Os estudantes carregaram o corpo de Edson em passeata para a Assembleia Legislativa. Seu assassinato marcou o início de um ano de intensas mobilizações contra o regime militar, que endureceu até decretar o chamado AI-5.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO AVISO DE ALTERAÇÕES Pregão Eletrônico n.º 098/2013

O Tribunal Superior do Trabalho por intermédio da pregoeira designada, torna público que se encontra a disposição dos interessados o AVISO DE ALTERAÇÕES do Edital de licitação em referência, cujo objeto é a prestação de serviços de recepção. Previsão de início da sessão pública às 14h30min do dia 06 de novembro de 2013. O Edital poderá ser adquirido gratuitamente por meio dos endereços eletrônicos www.comprasnet.gov.br ou www.tst.jus.br. Pedidos de esclarecimento e impugnações deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico para o endereço cpl@tst.jus.br.

Brasília, 23 de outubro de 2013
JUMARA CRISTINA CERQUEIRA BORGES
Pregoeira

Escutei um zumbido na cabeça. Era como se tivesse rasgado alguma coisa. Perdi a consciência. Sofri um choque e só fui me recuperar alguns dias depois, já no Batalhão da Guarda Presidencial”

Alduísio Moreira de Souza, no livro Memórias quase esquecidas

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Construção no 1º Batalhão da PM, no Setor Policial, foi usada para torturar até mesmo militares suspeitos de traição ao regime

Interrogatórios na casinha branca

Em alguns momentos, nem mesmo integrantes das forças policiais passaram ilesos pelas truculências do regime. Quando pelo da janela. O recado era claro. Delatava as torturas sofridas. A denúncia estampou as páginas dos periódicos no dia seguinte. “Estudante torturado até a loucura”, diziam as manchetes. Com a repercussão, ele acabou liberado, mas continuou perseguido, fugiu, mudou de cidade, foi preso novamente em outros estados. Além da simulação de fuzilamento, Alduísio sofreu diferentes tipos de tortura, tendo sido arrastado por viaturas pelo cerrado.

Recém-integrado à tropa, João Raimundo Galdino escapou por pouco de conhecer a casinha por dentro. Então com 20 anos, ele começou a trabalhar na Polícia Militar em 25 de julho de 1975. Galdino veio de Conceição do Mato Dentro, município a 167 quilômetros de Belo Horizonte (MG). Como ele mesmo define, “interior do interior”. Foi lotado no quartel do Gama, onde chegava de ônibus. Um dia, desceu do coletivo e, a caminho do quartel, algumas pessoas distribuíam jornais alternativos, com dizeres contrários ao regime, como “Abaixo a ditadura!”. Galdino pegou um para dar uma olhada e chegou ao quartel ainda com o periódico em mãos. “Alguém viu e me entregou. Foi a gota d’água. Falaram que eu era

um terrorista infiltrado dentro do quartel, por estar condenando o militarismo. Passei a tarde como se fosse de castigo, sentado numa sala, esperando resolverem o que fariam comigo. Disseram que na casinha, entre o campo de futebol e o Bope, eu daria o serviço, depois de levar uns tapas”, contou. Galdino também recebeu ameaças de ser levado ao Araguaia (veja **Para saber mais**). Depois de ser vigiado constantemente por cerca de 15 dias, acabou escapando. “Uma colega me disse que eu tive sorte, porque tinha gente que apanhava muito. Eles amarravam, badiam, além de outras coisas que

não sabíamos”, lembra. Durante muito tempo, o sargento foi chamado de “aquele que gosta de ler jornalzinho”.

Mais tarde, Galdino entendeu que, ao ver a luz vermelha acesa, não era permitido se aproximar. Estariam acontecendo sessões de tortura no local. “Eu não sabia onde ficava a entrada porque era escondida no meio do mato. Mas ouvi que também levavam estudantes da UnB, ou quem eles considerassem suspeito, para torturar. Era o pessoal do PIC (Pelotão de Investigações Criminais do Exército) que usava a casinha da tortura. Naquela época, o Exército comandava a PM”, conta.

Viola Junior/Esp. CB/D.A Press - 4/6/13



Paixão diz não haver nada de concreto sobre os locais clandestinos

Para saber mais

Jogados em buracos

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento guerrilheiro ao longo do rio Araguaia, entre o fim da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970. Criada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tinha por objetivo fomentar uma revolução socialista, a ser iniciada no campo, baseada nas experiências vitoriosas

da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa. Combatida pelas Forças Armadas a partir de 1972, quando vários de seus integrantes já haviam se estabelecido na região há pelo menos seis anos, o palco das operações de combate entre a guerrilha e os militares se deu onde os estados de Goiás, Pará e Maranhão faziam divisa. A

repressão militar prendeu, torturou e matou guerrilheiros e moradores. Lavradores e pequenos comerciantes foram levados para prisões em Xambioá e Marabá. Alguns acabaram colocados em buracos abertos em clareiras, com grade em cima. As forças policiais mantiveram uma estrutura de repressão no local.

CAIXA

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 0035/2013/GO

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, por meio da Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis - GILIE/GO, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, discriminados no Anexo II do Edital. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados, no período de 15/10/2013 até 28/10/2013 em horário bancário, nas Agências da CAIXA situadas em Goiás e Entorno do Distrito Federal, na Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis - GILIE/GO situada no endereço Rua 11, nº 250, 8º andar, Centro, Goiânia/GO e no escritório do Leiloeiro Alessandra Brasil do Vale, situado no endereço Rodovia BR-153 Km-17 Distrito Agrorindustrial de Aparecida de Goiânia - DAIAG, em Aparecida de Goiânia/GO, fone (62) 3250.1500, em horário comercial. O Edital estará disponível também na Internet, na página da CAIXA www.caixa.gov.br e na página do leiloeiro, endereço www.leiloesbrasil.com.br. Os interessados que desejarem contar com financiamento, ou utilizar recursos do FGTS, deverão dirigir-se às Agências da CAIXA, em tempo hábil para interair-se das condições gerais e habilitar-se ao crédito, se for o caso, antes do prazo estipulado para realização do leilão. O Leilão realizar-se-á no dia 28/10/2013, às 14:00, no endereço Rodovia BR-153 Km-17 Distrito Agrorindustrial de Aparecida de Goiânia - DAIAG, em Aparecida de Goiânia/GO, na presença dos interessados ou seus procuradores que comparecerem no ato.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2013

REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa especializada em serviços de TV por assinatura digital, em alta definição (HD), incluindo a instalação, assistência técnica e o fornecimento, em comodato, de todos os equipamentos necessários para o funcionamento de 21 (vinte e um) pontos de acesso, para atender às demandas da Controladoria-Geral da União - CGU, em Brasília, nos termos e condições constantes no presente Edital e seus anexos. Edital: a partir de 23/10/2013, de 09:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00, no endereço: SAS, Quadra 1, Bloco A, Ed. Darcy Ribeiro, Sala 1032, Asa Sul, Brasília, DF e nos sites www.comprasnet.gov.br e www.cgu.gov.br. DA DATA E HORÁRIO DO CERTAME: DATA: 05/11/2013; HORÁRIO: 10:00 (dez horas).

MAPA DA DITADURA

UnB, da resistência à repressão

» ANA POMPEU

Brasília, 1964. Quatro anos depois da fundação, a cidade sofreu o primeiro grande golpe. Os militares assumiram o poder e passaram a intervir em cada esfera da vida na então incipiente capital. Dois anos antes, a Universidade de Brasília (UnB) era inaugurada com a nata da intelectualidade. Nasceu para pensar o país sob uma perspectiva brasileira, e não mais europeia ou norte-americana, como em outras instituições de ensino superior. A mudança de paradigma preocupou os novos chefes de Estado. A desconfiança do que se construía na UnB acompanhou o regime desde os primeiros dias dos militares no poder, como mostra série de reportagens publicadas a partir do último domingo.

Nesse contexto, a universidade se viu em meio a invasões policiais, prisões, demissões e inter-

venções constantes. Logo, transformou-se também em um centro de resistência na capital federal. Sem sindicatos trabalhistas estruturados e com movimentos sociais embrionários, o movimento estudantil se mostrava como a principal força de mobilização contra a ditadura no DF. Por isso, a política preencheu todos os espaços acadêmicos e de convivência da UnB.

Um dos locais mais emblemáticos da universidade nesse período foi a sede da Federação dos Estudantes da UnB (Feub). O local era um barracão de madeira pintado em um tom de cinza ou verde desbotado, como define a ex-aluna Betty Almeida. Segundo ela, a fachada deveria ter de 10 a 15 metros. Funcionava perto da atual Faculdade de Educação 3, primeiro prédio da reitoria. O local abrigava também a Federação Atlética da UnB, alguns diretórios acadêmicos e a federação dos estudantes secundaristas. “A Feub era muito frequentada pelos estudantes, inclusive por diretores da UNE (União Nacional dos Estudantes). Mesmo depois que fomos colocados na clandestinidade, realizávamos eleições anuais”, lembra Betty.

Honestino Guimarães foi um dos presidentes da Feub, quando já era considerada clandestina, a partir da **Lei Suplicy de Lacerda**, de 1964 (**leia Cronologia**). Na época, os reitores faziam vistas grossas para a permanência das instituições. “Tinha participação alta porque os estudantes se identificavam. As assembleias continuaram. Às vezes, eram no (Auditório) Dois Candangos. Sempre cheias”, recorda a ex-estudante da UnB. Na gestão do reitor José

Geyzon Lenin/Esp. CB/D.A Press



Quem estava lá dentro (na biblioteca) foi espancado. Um colega do meu lado estava com o jaleco branco todo ensanguentado. Comecei a passar mal com aquela cena. O meu irmão me amparou e nos deixaram sair”

Betty Almeida,
aluna da UnB nos anos 1960

Carlos Azevedo, indicado pelos militares, a Feub acabou demolida. Hoje, é um estacionamento.

A forte resistência provocou reação das forças policiais. Em 1967, no ano em que Betty Almeida ingressou na universidade, o embaixador norte-americano John Tuthill visitou a UnB para um evento de doação de livros. O representante diplomático foi recepcionado com manifestações contra a **Guerra do Vietnam**. Depois do evento, com a autorização do então reitor Laerte Ramos de Carvalho, a polícia invadiu o câmpus. As portas da biblioteca, que funcionava no atual SG-12, prédio da Faculdade de Tecnologia, foram fechadas. “Quem estava lá dentro foi espancado. Um colega do meu lado estava com o jaleco branco todo ensanguentado. Comecei a passar mal com aquela

Derrota americana

O conflito aconteceu entre 1955 e 30 de abril de 1975. Em 1965, os EUA enviaram tropas para sustentar o governo do Vietnã do Sul, que se mostrava incapaz de debelar o movimento insurgente de nacionalistas e comunistas, que se haviam juntado na Frente Nacional para a Libertação do Vietnã (FNL). Apesar da diferença de poder militar e econômico, os norte-americanos perderam a guerra e se viram obrigados a se retirar do país em 1973.

cena. O meu irmão me amparou e nos deixaram sair”, conta.

Despejo e triagem

No ano seguinte, outro episódio marcou a universidade, a expulsão, pelos estudantes, do professor Roman Blanco. O líder estudantil Honestino Guimarães comandou o despejo do docente do Departamento de História da

UnB e ex-eletricista espanhol em junho de 1968. O educador era suspeito de colaborar com o regime e enviar informações internas do câmpus.

Um documento da Assessoria de Segurança e Informações da UnB (ASI-Unb), órgão criado em 1971 para trocar informações diretamente com o governo sobre suspeitos de subversão, indica que 300 alunos participaram da

ação. “A massa estudantil dirigiu-se à residência do Prof. Blanco, oportunidade em que fizeram o despejo de seu domicílio, numa demonstração clara do funcionamento do ‘Terrorismo Cultural’ naquela Universidade”, descreve.

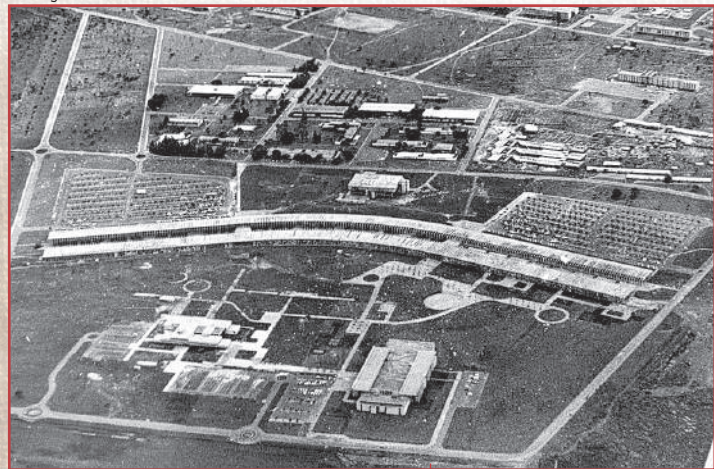
Os militantes retiraram todos os móveis do apartamento de Roman Blanco, enquanto o filho dele anotava cada peça que saía. Em junho, a reitoria oficializou a demissão do educador. As forças policiais se ressentiram, e o então reitor, Caio Benjamim Dias, foi acusado de não ter feito nada para evitar a expulsão. Na madrugada, o câmpus acabou invadido e, pela primeira vez, a quadra poliesportiva próxima à Faculdade de Educação foi usada para uma triagem dos estudantes, o que se tornaria hábito dos agentes no câmpus.

Clandestinidade

Em 27 de outubro de 1964, o Congresso Nacional extinguiu a UNE e todas as uniões de estudantes estaduais. Dessa forma, as entidades passaram a atuar na clandestinidade, e as instâncias de representação estudantil ficaram submetidas ao Ministério da Educação. A UNE se mobilizou contra a Lei Suplicy de Lacerda e organizou passeatas nas principais capitais.

Linha do tempo

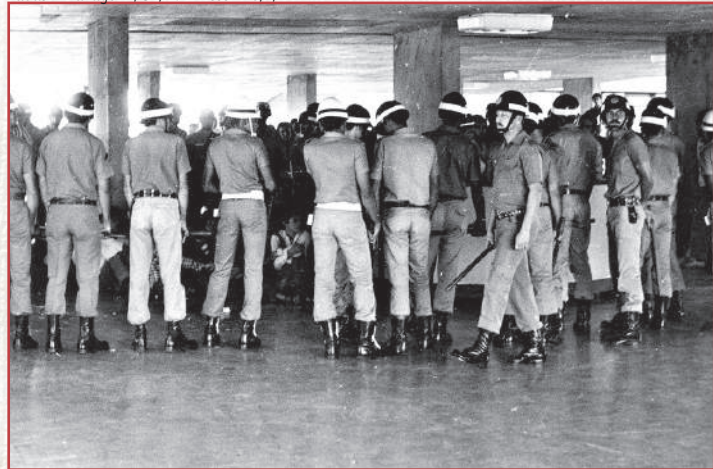
A. Dorgivan/CB/D.A Press - 9/8/11



Arquivo/CB



Tadashi Nakagomi/CB/D.A Press - 25/7/77



21 de abril de 1960
Brasília é inaugurada.

1962
A UnB é inaugurada.

1 de abril de 1964
Os militares assumem o poder.

9 de abril de 1964
A UnB é invadida pela primeira vez, no aniversário de um ano da primeira aula da instituição. Abre-se um Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar supostas acusações de subversão e indisciplina de professores, alunos e funcionários.

13 de abril de 1964
O regime militar extingue o mandato do reitor Anísio Teixeira e dos membros do Conselho Diretor da FUB. O médico Zeferino Vaz é nomeado reitor pro tempore pelo ministro da Educação.

9 de junho de 1964
Demissão de nove professores.

21 de julho
Diretório Central dos Estudantes e diretórios acadêmicos passam a ser regulados por normas do governo.

18 de outubro de 1965
Demissão de mais 15 professores.

19 de outubro de 1965
Pedido de demissão de 283 professores em forma de protesto. Restaram 12 docentes na instituição.

28 de março de 1968
O estudante Edson Luis é morto no Rio de Janeiro, mesma data de aniversário de Honestino Guimarães.

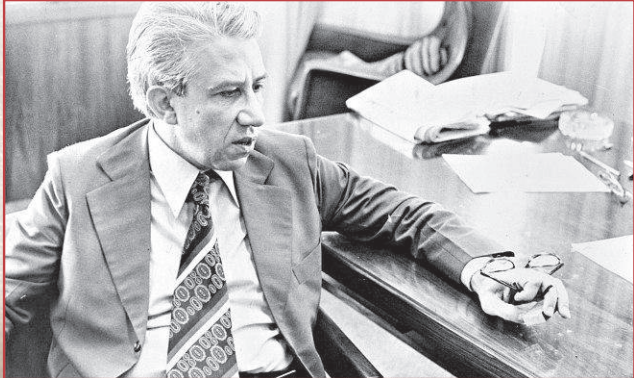
20 de abril de 1967
Um embaixador americano visita a UnB para a cerimônia de doação de 3,5 mil livros. Após a saída dele, a polícia fecha as portas da biblioteca, onde ocorreu o evento, bate e prende estudantes.

Junho de 1968
Os estudantes expulsam o professor Roman Blanco do próprio apartamento funcional. Ele era considerado informante do regime.

29 de agosto de 1968
Grande invasão, com feridos a bala e vários estudantes presos.

1976
José Carlos de Almeida Azevedo assume a reitoria indicado pelos militares.

Wilson Pedrosa/CB/D.A Press - 2/10/79



1977
Novas invasões militares. Estudantes e professores fazem protesto na L2 Norte pedindo a demissão do reitor **José Carlos de Almeida Azevedo**. Durante o ano, a universidade sofre três invasões militares.

19 de maio de 1977
A data é escolhida, pelo movimento estudantil, como o Dia Nacional da Luta. Pela manhã, eles ocupam a praça Edson Luis e os arredores da Faculdade de Educação em assembleia. Depois, dirigem-se em passeata até a reitoria e fazem novos protestos em frente ao Restaurante Universitário.

30 de maio de 1977
Identificados como líderes das manifestações, 16 alunos são suspensos.

31 de maio de 1977
Estudantes decidem entrar em greve por

tempo indeterminado. O reitor Azevedo chama a Polícia Militar.

5 de junho de 1977
Os professores resolvem agir: 150 docentes se oferecem como mediadores do conflito.

6 de junho de 1977
Por volta de 12h, as tropas militares invadem mais uma vez a instituição, **prendem estudantes** e intimam professores e funcionários.

17 de junho de 1977
Primeira reunião do Conselho Universitário (Consuni) desde a criação. Na pauta, as punições aplicadas pelo reitor Azevedo. Com exceção dos professores José Carlos Coutinho e Marco Antônio Rodrigues Dias, o Consuni legitima as sanções. As aulas são suspensas por 30 dias. Azevedo manda abrir inquérito. No total, 64 estudantes são punidos. Alguns alunos entram com pedido de habeas corpus para assegurar o direito de assistir às aulas.

Arquivo CB/D.A Press - 9/2/09



27 de outubro e 7 de novembro 1977
Duas novas invasões de **tropas policiais**, uma para impedir uma assembleia, outra para vetar a encenação da peça teatral O Preço da Liberdade é a Eterna Vigilância.

Novembro de 1979
A “Lei Azevedo” (nº 6.733/79) é sancionada, criando cargos de confiança. Com ela, o reitor e o vice-reitor das universidades federais passam a ser escolhidos pelo presidente da República, sem exigência de lista sêxtupla. Na prática, o reitor da UnB, José Carlos de Azevedo, tem o mandato prorrogado até 16 de março de 1985.

28 de outubro de 1982
Cerca de 5 mil estudantes, em assembleia no Teatro de Arena, decretam greve geral na UnB. Exigem solução para os cursos em greve. No anfiteatro 8, os professores decidem, também em assembleia, solicitar audiência com o reitor.

11 de novembro de 1982
Professores entram em greve por tempo indeterminado.

Maior de 1984
Cristovam Buarque é escolhido pela comunidade universitária para ser o novo reitor, na primeira eleição desse tipo realizada na UnB. Participam da votação 616 professores — 80% do corpo docente — e 5.450 alunos — 64% do total de estudantes.

MAPA DA DITADURA

A invasão policial de 29 de agosto de 1968 se tornou um dos capítulos mais tristes da história da UnB. Nesse dia, estudantes foram perseguidos, espancados e presos. Alguns acabaram feridos à bala

Ocupação, violência e tiros na universidade

» ANA POMPEU

O golpe de 1964 mudou os rumos de Brasília, a cidade criada com projeto inovador e estudada ainda hoje pela arquitetura modernista e pelo projeto urbanístico diferenciado. Os militares assumiram o poder e, progressivamente, reduziram os direitos e restringiram a liberdade dos cidadãos. Dessa forma, a capital construída no interior para desenvolver outras regiões do país passou a centralizar a tomada de decisões. E os espaços brasilienses acabaram tomados por questões políticas.

Muitas das discussões giravam em torno da resistência e da ação repressiva em cima do que era considerado subversivo. O *Correio* começou, no último domingo, a publicar uma série de reportagens sobre os locais usados e explorados pela ditadura na capital. Entre esses endereços, a Universidade de Brasília (UnB) é um dos mais importantes. A presença da juventude estava associada à agitação política, indesejada pelo governo. Por isso, o Palácio do Planalto e as forças policiais se voltaram para a instituição de ensino superior, gerando um ciclo de ocupações e interferências ao longo do regime.

Um desses momentos sensíveis foi a invasão de 29 de agosto de 1968. Ela pode ter sido determinante ao pretexto esperado pelos militares para a edição do Ato Institucional nº 5 (leia *Memória*),

responsável por endurecer a ditadura e dar início aos anos de chumbo. O período que antecedeu a norma mantinha uma tensão constante no ar. A comunidade acadêmica previa que algo estava para acontecer.

Guerra

O ex-aluno Cláudio de Almeida soube antes que a polícia invadiria o câmpus. “Tínhamos colegas, filhos de militares, que alertavam quando algo mais grave aconteceria na UnB. Eu fui alertado pela família da minha ex-mulher, mas não acreditei porque as ameaças eram frequentes”, relembra. Ao chegar ao câmpus, no fim da Asa Norte, Cláudio passou pelo barracão da Federação dos Estudantes da UnB (Feub) para conversar com o líder estudantil Honestino Guimarães. “Ele me disse que invadiriam a UnB, perguntou como estava na rua. Eu não havia percebido nada de anormal. Por volta das 8h30, fui para a minha aula de macroeconomia, com o professor Lauro Campos, que veio a ser senador. Não muito tempo depois, começamos a ouvir gritos: ‘Bateram no Honestino, prenderam o Honestino!’. Na mesma hora, todo mundo saiu das salas”, contou.

Contemporânea de Cláudio, Betty Almeida conta que a polícia chegou com violência. “Entraram na Feub e quebraram o mimeógrafo, bateram em estudantes e destruíram tudo. Machucaram

Arquivo/UnB - 29/8/68



Após a primeira invasão, alunos destruíram uma viatura “esquecida” pela polícia. Em seguida, as forças do governo cercaram a UnB com tanques

Janine Moraes/CB/D.A Press



Vanguarda

A fundação da UnB brotou do cruzamento de grandes mentes o país. O antropólogo Darcy Ribeiro definiu as bases da instituição. O educador Anísio Teixeira planejou modelo pedagógico. O arquiteto Oscar Niemeyer transformou as ideias em prédios. A ideia era criar uma experiência educadora, capaz de unir o que havia de mais moderno em pesquisas tecnológicas e com uma produção acadêmica direcionada a melhorar a realidade brasileira.

muito o Honestino. Foi o único que levaram”, recorda.

A polícia desocupou a UnB, mas deixou um carro oficial no câmpus. Cláudio e Betty acreditam que se tratou de uma isca, que não demorou para ser mordida pelos estudantes. Quando a notícia da prisão de Honestino se espalhou e alguns perceberam o veículo “esquecido”, encontraram uma forma de descarregar a revolta. “Viraram a viatura policial, começaram a botar fogo. Pedi que não fizessem aquilo, mas a raiva era muito grande”, conta Cláudio.



Por volta das 8h30, fui para a minha aula de macroeconomia, com o professor Lauro Campos. Não muito tempo depois, começamos a ouvir gritos: ‘Bateram no Honestino, prenderam o Honestino!’. Na mesma hora, todo mundo saiu das salas”

Cláudio Almeida,
ex-aluno da UnB

A reação da polícia veio em seguida. Outra invasão começou pela L2. Forças do Exército e das polícias Militar, Civil e Política (Dops) desciam das viaturas e batiam nos universitários. Começaram a entrar pela Colina e pela Embrapa, nos dois extremos laterais do câmpus. A UnB foi cercada por tanques de guerra.

Tiro na cabeça

Os estudantes se defenderam com paus e pedras. Eles correram para as obras do Ins-

tituto Central de Ciências (ICC). “Você ouvia zunidos de bala. Eu estava com uma prima, perto do RU (Restaurante Universitário), quando começou a correria. Dava medo”, diz Betty. A universidade ainda não era toda asfaltada e, no auge da seca, a poeira subiu e se misturou ao gás lacrimogêneo. “Começamos a ficar acuados e corremos para o ICC, com a polícia atrás da gente. Quando eu estava no mezanino, a polícia atirou no Waldemar (Alves da Silva Filho). Ele levou um tiro na cabeça. Ao meu lado. Nós o pegamos e colocamos dentro de uma sala de vidro, e eles jogaram bomba de gás e trancaram a porta por fora. Não estávamos aguentando. Quebramos o vidro, e o Waldemar perdia muito sangue”, narra Cláudio.

Waldemar, então com 27 anos, era aluno do terceiro ano de engenharia mecânica. Mesmo não sendo um militante, ele se tornou vítima da repressão. Ao se debruçar no parapeito do andar superior do Minhocão, uma bala de calibre .38 veio de baixo. O projétil o atingiu perto de um dos olhos. Ele ficou nove dias em coma e meses internado em dois hospitais do Rio de Janeiro. Sobreviveu, mas perdeu 60% da visão do olho esquerdo e começou a ter dificuldades de raciocínio. Além de Waldemar, Márcio José dos Santos, estudante de química, ficou ferido com um disparo.

Memória

Anos de chumbo

O mais drástico dos atos institucionais, o AI-5 autorizou o presidente da República, independentemente de qualquer apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e nos municí-

pios sem as limitações previstas na Constituição, a cassar mandatos eletivos, a suspender, por 10 anos, os direitos políticos de qualquer cidadão, a decretar o confisco de bens de “todos quantos tenham enriquecido ilícitamente” e a suspender a garantia

de habeas corpus. Nenhuma prisão precisava ser avisada a um juiz. O AI-5 fortaleceu a linha dura do regime e deu poderes absolutos aos governantes. Em 13 de dezembro de 1968, a primeira ação embasada no ato foi o Ato Constitucional nº 38 (AC-38), que decretava o fechamento do Congresso Nacional. A decisão se prolongaria até outubro de 1969.

União pela democracia

Quando o cerco se fechou, todos os estudantes tiveram de formar uma fila indiana, colocar as mãos na cabeça e deixar o ICC. “Saímos, e eles foram espancando todo mundo, observando quem tinha a mão suja, significando ter jogado pedras. Ainda levavam alguns estudantes para bater em salas. Foi um terror”, lembra Cláudio de Almeida. Ele e Betty Almeida estavam na mesma fila. Betty acabou liberada. Cláudio, preso. A decisão, no entanto, aconteceu na quadra poliesportiva, próxima à Faculdade de Educação, no Campinho. Cerca de 100 universitários caminharam até o local.

Os policiais exibiam uma lista para a triagem. Vários congressistas começaram a chegar à UnB. Entre eles, Mário Covas e Henrique Santillo. Esse último

tentou intervir e evitar a prisão do filho, Marco Santillo. No meio do bate-boca, ele apanhou de um policial. Com base nas agressões vistas na Universidade de Brasília e no fechamento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2 de setembro, o deputado federal Márcio Moreira Silva, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fez um pronunciamento no Congresso Nacional, considerado pelos militares “ofensivo aos brios e à dignidade das Forças Armadas”.

Boicote

No discurso, o parlamentar conclamou o povo a realizar um “boicote ao militarismo”, não participando dos festejos comemorativos da Independência

do Brasil no Sete de Setembro. “Creio ter chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote. Discordar em silêncio pouco adianta”, disse.

O Judiciário pediu a cassação do deputado, a mando do então presidente, Costa e Silva. A Câmara Federal se mobilizou e se negou a conceder licença para que o deputado fosse processado. Em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva editou o AI-5, relacionando-o diretamente com o incidente na Câmara. Os eventos anteriores foram usados como pretextos, considerando que as medidas trazidas pelo ato eram as mesmas defendidas pelos militares desde julho.

LIGIA DE OLIVEIRA E SILVA

MISSA DE 7º DIA

★ 26/08/1906 † 22/10/2013

Filhos, noras, netos e bisnetos agradecem as manifestações carinhosas e convidam para a missa de 7º dia, a ser realizada no dia 28/10/2013, segunda-feira, às 19:00hs, na Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, QL 06/08 Lago Sul, frente ao Centro Comercial Gilberto Salomão.

NELINHO GUIMARÃES

MISSA DE 7º DIA

Maria José (esposa), Valéria e Cristiane (filhas), Istênio e Miguel (genros), Guilherme, Felipe, Pedro e Mateus (netos) agradecem as manifestações de carinho e solidariedade e convidam para a Missa de 7º dia, a ser celebrada neste domingo, 27/10/2013, às 20:00hs, na Igreja São Pedro de Alcântara, SHIS QI 07, Lago Sul.

DR. HELIANTHO DE SIQUEIRA LIMA

10 ANOS DE SAUDADES

Convidamos parentes e amigos para a celebração da missa de 10 anos de falecimento de **Heliantho de Siqueira Lima**, a ser realizada no dia 28 de outubro, às 18h30min, na Igreja Nossa Senhora de Fátima (SQS 307/308).





Crônica da Cidade

por **Conceição Freitas** >> conceicao@freitas.df@dabr.com.br

>> (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

O pai, aos olhos da filha

Maria Elisa Costa acaba de lançar *Lucio Costa, inventor de Brasília*, pela Editora Escola da Cidade, de São Paulo. Livro de formato afetivo, entremeado de brasilianidades. Reencontra, em boa parte das páginas, o *Registro de uma vivência*, a autobiografia sempre à espera de uma nova edição. É a filha, arquiteta,

reencontrando o pai, mas é também a incansável ativista defendendo Brasília. É a arquitetura moderna revelando minúcias de alguns dos momentos mais importantes de sua vistosa história.

Como quando o ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema, convidou Lucio Costa para projetar a nova sede do ministério, na Esplanada onde antes havia o inesquecível Morro do Castelo. LC convidou Carlos Leão, Affonso Eduardo Reidy e Jorge Moreira para participarem do projeto — LC estava consciente da importância da empreitada para a consolidação da arquitetura moderna no Brasil, conforme registra Maria Elisa. Moreira pediu a LC que incluísse seu sócio, Ernani Vasconcelos, na equipe.

Um jovem estagiário aproveitou a deixa: “Se o Ernani vai entrar, então eu também quero, estou aqui com vocês há um ano...”. Era Oscar Niemeyer e aquela sua audácia deve ter sido um dos movimentos mais decisivos de sua carreira. O subsequente convívio com Le Corbusier floresceu nele suas potenciais qualidades.

A filha recupera fotos pouco conhecidas de Lucio Costa, algumas muito preciosas para Brasília, como a que mostra o arquiteto, ao lado de Oscar Niemeyer, Artur Lício Pontual, Marcos Jaimovitch, apoiados numa espécie de parapeito da sobreloja do Ministério da Educação e Cultura, tendo à esquerda o desenho do Plano Piloto e, ao fundo, o do Palácio da Alvorada. Que ano seria aquele? 1956/1957, não mais

que isso. Foi naquela sala-galpão que se começou a desenvolver os primeiros projetos da nova capital.

Sempre que pode, Maria Elisa realça a importância do projeto do Park Hotel, em Nova Friburgo (RJ) no inventário das realizações de Lucio Costa. O adorável projeto de madeira, treliças, alvenaria, pilotis, vidraças, pedras, luzes e sombras é “uma dessas obras de pequeno porte e grande significado, que são síntese de seus autores: o Park Hotel está para Lucio Costa como a Villa Savoye para Le Corbusier, a casa Farmsworth para Frank Lloyd Wright, o Pavilhão de Barcelona para Mies van der Rohe, e a casa das Canoas para Oscar Niemeyer”.

Maria Elisa se permite contar um

episódio da vida familiar que demonstra a grandeza d’alma de LC. Quando Julieta, a neta, estava com 18 anos, ficou grávida. Era preciso contar ao avô a novidade, mas... como fazê-lo. Os três, avô, filha e neta, moravam no mesmo prédio no Leblon. Certo dia, antes de vir para Brasília a trabalho, Maria Elisa deixou uma longa carta ao pai, onde comunicava o acontecido. E para a filha deixou um bilhete: “Contei a teu avô”.

Julieta passou uns dois dias temendo cruzar com LC no hall do prédio. Até que um dia, ao atender a campanha, a apreensiva neta grávida se deparou com um avô empunhando um buquê de rosas. Foi esse o homem que desenhou os traços que conduzem nossas vidas.

MAPA DA DITADURA / Em 1978, ainda durante o período de repressão, os estudantes chegaram a recolher aparelho usado para flagrar as conversas dos líderes do movimento que discutiam a criação do DCE Livre. Ninguém jamais foi responsabilizado

Arapongas na universidade

» ANA POMPEU

Em uma imagem comum, quase que repetitiva, um grupo de estudantes passava tempo dentro de um carro em um estacionamento perto do Instituto Central de Ciências (ICC). Para acompanhar, o rádio ligado. Tudo como uma cena qualquer no câmpus da Universidade de Brasília (UnB). Entre uma estação e outra, a frequência para em 105 MHz. A sintonização transformou aquele episódio ordinário em simbólico para o momento pelo qual passava a instituição. Naquele ponto, os estudantes começaram a ouvir vozes conhecidas. Logo, identificaram as pessoas. Sabendo previamente que acontecia, naquele instante, uma reunião do Diretório Universitário (DU), em uma sala próxima dali, entenderam que, por acaso, sintonizaram em escutas na sede da representação estudantil.

Dentro de um câmpus, circulam estudantes, professores e servidores. Durante o regime militar, que vigorou no país entre 1964 e 1985, mais uma figura era frequente na UnB. Os arapongas estavam por todos os lados. Identificados ou não pelos integrantes usuais do ambiente acadêmico, eles vigiavam cada esfera da vida universitária. Assim, qualquer pessoa estava sujeita a sofrer as consequências do regime político vigente. Mesmo que, em níveis diferentes, era quase impossível escapar de interferências ou de se tornar alvo de fiscalização. A universidade é um dos principais endereços da ditadura militar em Brasília, tanto sobre repressão quanto sobre resistência, como tem mostrado a série de reportagens com publicação iniciada pelo *Correio* em 19 de outubro.

Não se sabe ao certo, ainda hoje, o que aconteceu no DU da UnB, em 1978. Ao perceberem que a frequência sintonizava em uma reunião dos colegas, os estudantes correram ao encontro deles. Os representantes estudantis debatiam a criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) Livre — desvinculado da reitoria (confira Para saber mais). A partir da informação, os alunos se mobilizaram à procura de um possível aparelho transmissor. E encontraram o aparato no forro



Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press

A gente desconfiava da própria sombra. Tinha gente que ficava circulando para obter informações. Ficávamos atentos, mas não deixávamos de agir”

Antônio Carpintero, que estudava arquitetura na UnB durante a ditadura

da sala do DU, retomada havia menos de seis meses. Ele era composto de um microfone, pré-amplificador, transmissor e fonte de alimentação, e em todo o aparelho havia uma etiqueta de rotulador. Por cima, um livro fazia peso. O volume estava sumido havia um semestre.

Em reportagem publicada pelo *Correio* em 25 de maio de 1978, os alunos do Departamento de Elétrica disseram que “o aparelho pode ser instalado em apenas 30 segundos e alcança um raio de 10 quilômetros, sendo essa frequência reservada. Para ser usada, precisa de autorização do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel)”. Acrescentaram também que, após a descoberta, algumas pessoas se apresentaram como funcionárias do Serviço de Proteção ao Patrimônio (SPP) da universidade e queriam levar o aparelho para análise. Ao encontrar resistência dos estudantes, desistiram e se retiraram.

Na época, a Reitoria instalou uma sindicância para identificar quem tinha interesse em alugar o equipamento. O pesquisador Paulo Parucker, da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB, que apura fatos ocorridos durante a ditadura, contou que,

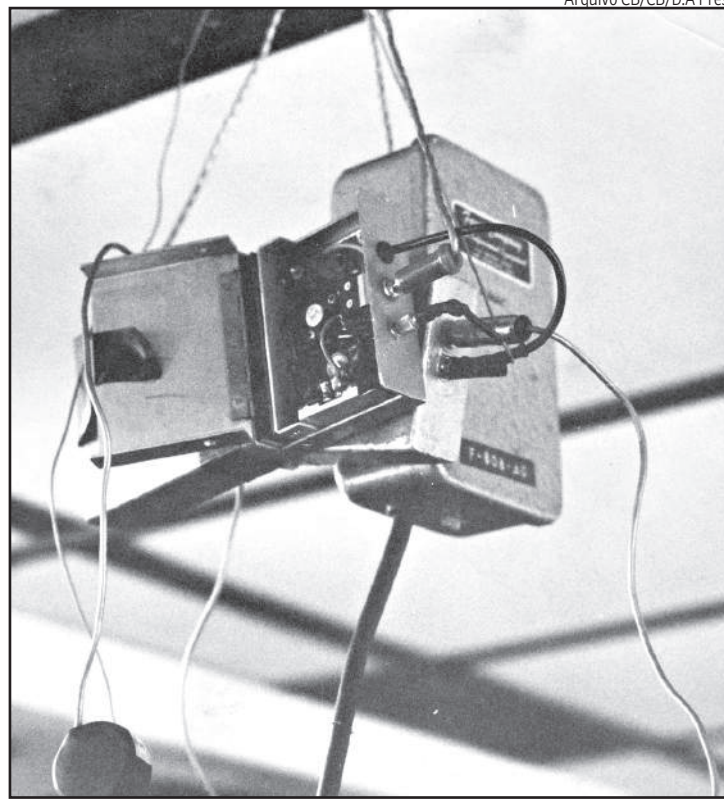
pelos documentos sobre o assunto de maio a julho daquele ano, as apurações não encontraram nenhuma resposta concreta e, portanto, ninguém foi responsabilizado. “Podia ser um estudante, um espião russo ou americano, um maluco, qualquer pessoa. Não há provas de nada. Mas o mais provável é que fazia parte desse sistema de informações dentro da UnB”, afirmou Parucker.

Clima de vigilância

Mesmo sem ser um integrante de grupos de esquerda, Antônio Carpintero, 67 anos, professor de arquitetura da UnB, percebia o clima de vigilância. “As pessoas se conheciam. Quando alguém vinha com uma conversa para boi dormir, logo era identificado”, conta. A conversa a que ele se refere normalmente eram perguntas sobre as lideranças estudantis, locais de encontros, nomes.

Existiam agentes matriculados nos cursos. Outros tentavam interagir com os grupos. Faziam perguntas para entender as opiniões ideológicas dos professores, mesmo que não tivesse relação com o seguimento da disciplina. Como se dizia na época, tratava-se da instituição do “dedo-durismo”.

A vida precisava seguir. E seguia. A universidade, muito viva, produzia eventos frequentes. Seguia, no entanto, com adaptações ao momento. “A gente desconfiava da própria sombra”, disse Carpintero, à época estudante de arquitetura. “Tinha gente que ficava circulando para obter informações. Ficávamos atentos, mas não deixávamos de agir. Criávamos um desvio qualquer. Espalhávamos que a reunião seria no Teatro Nacional, mas, na verdade, era apenas um boato. O importante era aquele cara não aparecer”, recorda.



Arquivo CB/CB/D.A.Press

Aparato encontrado para escutas de reunião no Diretório Universitário

» Para saber mais

Decreto rigoroso

Depois da Lei Suplicy de Lacerda, em vigor a partir de 27 de outubro de 1964, de colocar todas as uniões estudantis na clandestinidade e permitir apenas aquelas ligadas ao Ministério da Educação, o governo baixou o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Também chamado de “AI-5 das universidades”, foi instituído pelo então presidente, Artur da Costa e Silva. Previa a punição rigorosa de professores, alunos e funcionários de universidades considerados “subversivos”. Na prática, o processo a que se submetia o acusado era sumário. Os professores atingidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição educacional do país por cinco anos, ao passo que os estudantes acabavam expulsos e ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos. Na UnB, os estudantes só voltaram a discutir a possibilidade de se criar uma entidade representativa independente na década de 1970.

Faculdade fechada

Tudo ficou mais tenso no período anterior à edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968. “Era possível sentir a eletricidade no ar. As conversas giravam em torno disso. A gente percebia que ia endurecer e a situação, piorar”, disse Antônio Carpintero. E realmente aconteceu. “Mudou de maneira de as pessoas se comportarem. A gente só conversava de política com quem já conhecíamos há anos. O clima era de ditadura mesmo. As pessoas ficaram mais caladas. É uma coisa que não se sabe definir muito bem, mas é. É um clima pesado”, completou o professor da universidade.

Carpintero chegou em 1965, atraído pela politização da UnB. No entanto, naquele ano, o projeto inovador já estava quebrando. Oscar Niemeyer já não era o diretor da Faculdade de Arquitetura. “Depois das demissões, a Reitoria laçou professores a gritos, que não tinham competência para substituir o grupo de Niemeyer”, disse.

Em outubro de 1967, os estudantes se uniram e fecharam a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. A motivação era a baixa qualidade do curso oferecido. As portas do prédio, que hoje abriga o curso de música, foram lacradas com cola. Uma picareta encontrada nas obras do Instituto Central de Ciências (ICC) ficou pendurada em uma das vigas, com a faixa com os dizeres: “Fora, professores picaretas! Queremos formação e não formatura!” Mesmo que à frente da universidade estivesse o controverso reitor José Carlos Azevedo, uma comissão de inquérito foi criada e confirmou a situação denunciada pelos estudantes. A escola foi reaberta em 1968. (AP)

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DE ENERGIA - PDE 2022

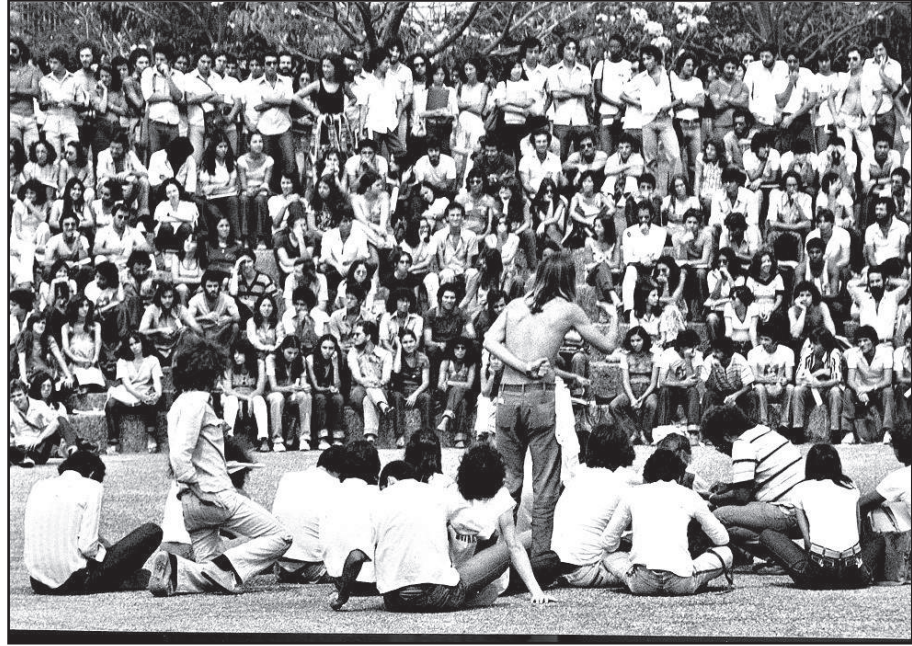
Consulta Pública

O Ministério de Minas e Energia – MME, por meio da Portaria MME Nº 372, de 23 de outubro de 2013, abre o processo de Consulta Pública do Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2022.

As contribuições ao PDE 2022 deverão ser encaminhadas ao MME até o dia 10 de novembro de 2013, pelo e-mail pde2022@mme.gov.br ou através de correspondência para o endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 5º andar, CEP 70065-900, Brasília-DF.

MAPA DA DITADURA

Lourdes Calvo/CB/D.A Press - 26/9/79



Estudantes reunidos na Universidade de Brasília, um dos centros de resistência da ditadura na capital do país: mobilização

Arquivo CB/D.A Press



Registros da época mostram também manifestantes em outros pontos da cidade, como o Setor Comercial Sul, munidos de faixas e cartazes

Os endereços da resistência

A Avenida W3 Sul era um dos principais pontos de encontro dos militantes que lutavam contra o regime militar em Brasília. Eles se reuniam também em repúblicas de estudantes e chegaram a sabotar um desfile do Sete de Setembro, em 1966

» ANA POMPEU

Aylê Salassié comprou um fusca em setembro de 1966. A aquisição ocorreu em um ano movimentado tanto em termos de repressão quanto de resistência. Assim que apresentou o automóvel ao amigo Honestino Guimarães, ouviu a sentença: "Aylê, seu fusca está requisitado para o movimento estudantil". O carro serviu de transporte para os militantes e cumpriu missões que demonstraram a disposição e a coragem deles.

A repressão se fez rigorosa na capital do país. Mas a resistência se manteve firme. A Praça 21 de abril, na Entrepraça 707/708 Sul, era um dos locais de encontro preferidos para concentração antes de protestos. As repúblicas de estudantes, pela característica essencial de reunir vários deles sem a presença do pai, também se tornaram endereços de mobilização. Apesar da tentativa do governo de ser onipresente, os opositores conseguiram empreender ações bem-sucedidas, como na sabotagem do desfile cívico de 1966.

Naquele mesmo dia em que Honestino — o líder estudantil desaparecido desde 1973 — pediu o fusca, o veículo foi usado para a primeira missão. "Honestino entrou no carro com um galão de querosene e disse: 'Toca!'. Apesar de não saber o que faríamos, confiava muito nele. Nós fomos para a W3", conta Aylê. Na época, a avenida era o palco do desfile do Sete de Setembro. O palanque foi montado com madeira, na Praça 21 de Abril. "Honestino mandou encostar, abriu a porta e foi despejando o líquido. Quando acabou, ele disse mais uma vez: 'Toca!'. Eu nem sei como aconteceu, porque a gente desapareceu dali. Mas alguém veio em seguida e riscou um fósforo", lembra.

De acordo com Aylê, 72 anos, professor de comunicação e doutor em história, como esperado, a ação não passou em branco. A polícia fez revistas e buscas no câmpus da Universidade de Brasília (UnB). "Não havia outro lugar para procurarem", disse. No entanto, os agentes não encontraram nada que compromettesse alguém. Aylê respondeu a pelo menos 10 inquéritos policiais militares (IPMs). Nunca foi questionado em relação ao episódio.

Meses mais tarde, o fusca cumpriu outra tarefa, desta vez, no início da L2 Sul. "Cadê o carro?", perguntou, de novo, Honestino. Ele encheu o porta-malas com bolas de gude e pedaços de madeira com pregos para atrapalhar a passagem de viaturas policiais e da cavalaria em outro evento. A fuga também foi rápida o suficiente para não despertar a suspeita das autoridades. Mesmo com ações isoladas em outros pontos da cidade, o centro era a W3. "Era onde a gente se reunia", enfatiza Aylê.

Prisões

Resistir também significava se proteger. Para isso, os integrantes da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (Feub) contavam com uma equipe de segurança. Em um dia no fim de

Antonio Cunha/Esp. CB/D.A Press



Aylê Salassié mostra que a Praça 21 de Abril, na Asa Sul, servia para que os universitários se concentrassem antes dos protestos

1968, depois da prisão de Honestino, durante a invasão de 29 de agosto da universidade, um homem desconhecido sentou-se em frente ao barracão da entidade estudantil. Na ausência do presidente da Feub, Honestino Guimarães, Aylê foi avisado. "Mandamos que ele entrasse. Ele disse que acabara de voltar da Bolívia, onde tivera uma manifestação e estava ferido. Tiramos a camisa dele e realmente havia uma bandagem. Mas não nos contentamos e tiramos também as ataduras. Não havia ferimento algum", contou Aylê, que estudava jornalismo na universidade.

O homem foi revistado. Os estudantes encontraram um chaveiro de revólver. Uma equipe saiu para procurar o carro dele. Enquanto isso, a notícia se espalhou. "Todo mundo saiu das aulas, se juntou em volta da Feub e começou a gritar: 'Solta ele nu!'. Um negócio maluco. Num momento de pressão da polícia e nós devolvendo com mais pressão", afirma Aylê. A massa de alunos acreditava se tratar de um agente do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), mas ele trabalhava para o Serviço Nacional de Informações (SNI). A negociação com o Exército resultou na soltura do infiltrado.

Menos de uma semana depois, Aylê foi preso em frente ao Ciem, iniciativa de ensino médio da UnB. "Fomos levados ao PIC (Pelotão de Investigações Criminais), colocados numa parede e revistados. Até que um cara bateu nas minhas costas e falou: 'E aí, Salassié?'. Era o capitão que tínhamos preso (na Feub). Naquele época, acontecia dessas coisas", disse. O oficial afirmou que não havia motivo para preocupações. Aylê ficou preso por 29 dias. Passou por interrogatórios, mas não foi torturado.

Vigilância constante

Algumas repúblicas no Plano Piloto chegaram a ser consideradas "aparelhos" pelo governo. Os endereços eram vigiados constantemente pelo simples fato de reunirem estudantes. Muitas vezes, a resistência daqueles jovens não se dava no ramo da militância política. Eles incomodavam as autoridades por não se enquadrarem ao modo de vida considerado "adequado".

O jornalista Romário Schettino, 61 anos, morou em várias repúblicas. Tudo que se fazia, mesmo as festas, estava impregnado de crítica ao sistema. "Nós tínhamos que resistir, porque o regime era repressor, e isso incluía o comportamento, com a transgressão", detalha. Pela maneira de agir, os jovens moradores eram considerados "perigosos". Nesse clima, ganhavam a antipatia da vizinhança com facilidade. Alguns se tornaram agentes voluntários do governo, os chamados dedos-duros.

Em setembro de 1973, quando tinha 21 anos, Schettino foi preso na saída do trabalho, no Banco Central, então no Setor Comercial Sul. Ficou desaparecido por 25 dias. Soube mais tarde que cerca de 50 pessoas, inclusive as que moravam com ele, no Bloco I da 312 Norte, foram sequestradas da mesma forma e pelo mesmo motivo: comportamento heterodoxo.

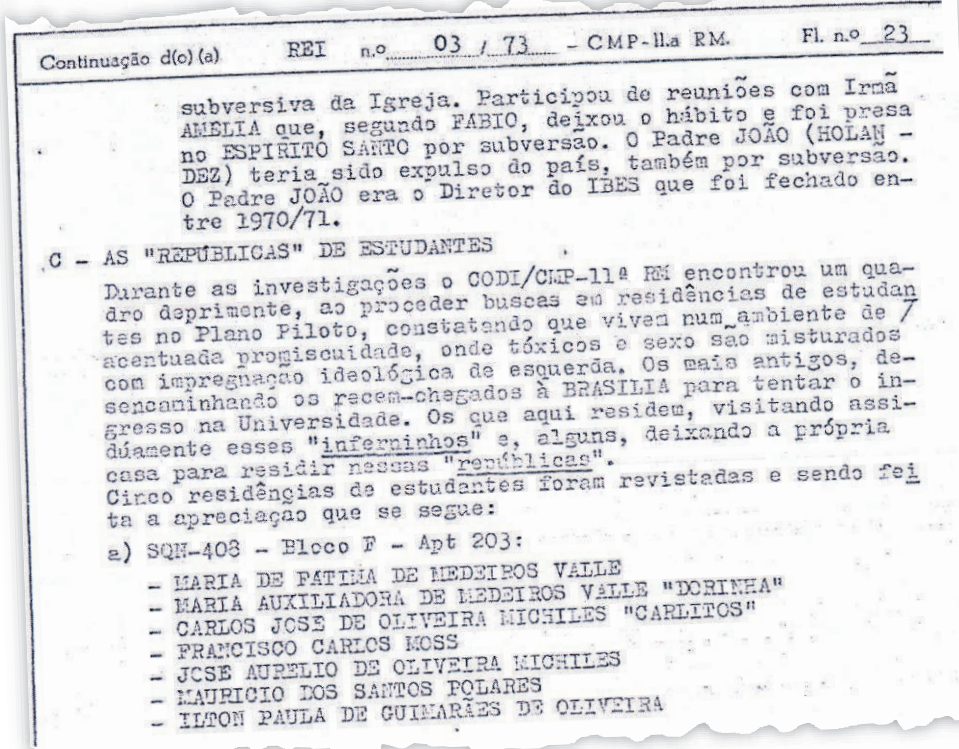
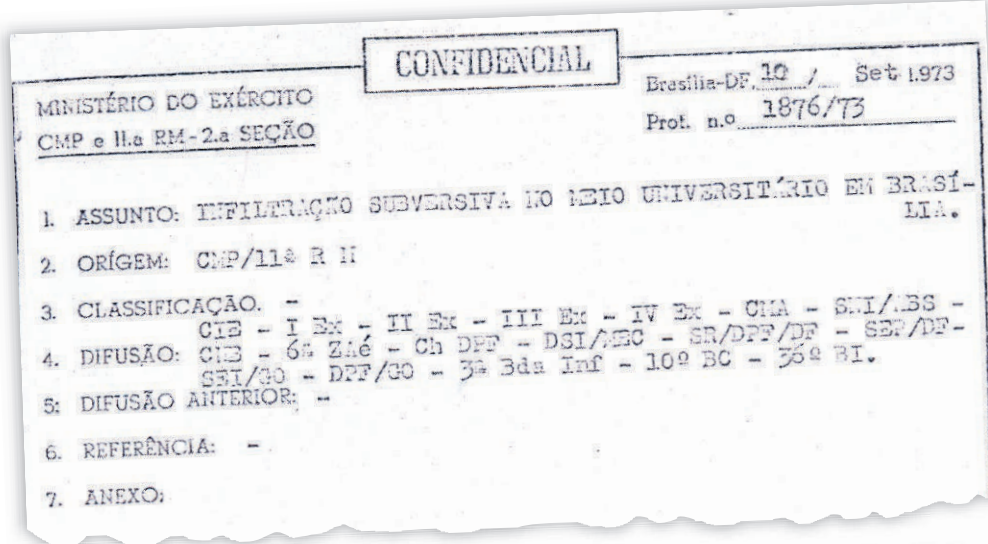
A preocupação do governo foi oficializada com extensos e detalhados documentos, alguns com centenas de páginas. O Ministério do Exército produziu, por exemplo, um relatório especial de informações (nº 3 de 1973). A riqueza de detalhes impressiona. Os arapongas acompanhavam os círculos de amizades, sabiam dados biográficos, locais por onde passaram e sobre as relações dos vigiados.

O relatório de 31 páginas mostra os passos dos estudantes. "Em pouco tempo, já achava que o marxismo era a solução para os problemas do Brasil; usar macanha era coisa natural; e o homossexualismo — tivera relações sexuais com Ilton — era normal numa sociedade 'aberta'", descreveu o documento sobre um dos detidos. Em outro trecho, o relatório também opina sobre o local onde vivia o investigado. "O clima de subversão e de depravação ali existente e o uso de macanha acabaram desviando-o de seu objetivo e pouco se dedicou aos estudos." (AP)

Hierarquia

No contexto da ditadura militar, referiam-se a um apartamento ou casa usado como refúgio por uma "célula", um grupo de ativistas, de organização política clandestina. Serviam também para a realização de reuniões, guarda de material de propaganda, dinheiro, armas. Cada célula era hierarquicamente organizada, dotada de comando próprio (mais ou menos autônomo), e integrada à hierarquia do partido ou da organização clandestina da qual fazia parte.

Investigação



Relatório do Ministério do Exército, elaborado em 1973, detalha os passos dos estudantes que viviam em repúblicas

MAPA DA DITADURA / Faltam em Brasília locais e identificações capazes de resgatar a história e as tragédias vividas no regime militar

Sem memória da repressão

» ANA POMPEU

Durante a ditadura, vários endereços da capital federal serviram como locais para a repressão e outros tantos foram usados pela resistência. No próximo ano, o golpe que tirou João Goulart do poder e deu início ao regime de exceção completa 50 anos. Meio século mais tarde, poucos são os locais concretos de memória do período. Um deles é a Universidade de Brasília (UnB). A instituição mantém a importância que teve nos anos de chumbo reformulando o seu papel. Agora, cede espaço para os trabalhos da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade. No Setor de Indústrias Gráficas (SIG), em um lugar um tanto escondido, funciona o Arquivo Nacional, na Imprensa Nacional. Lá, caixas e computadores guardam documentos que contam parte dessa história. Mesmo assim, os episódios e as tragédias do período estão hoje restritos à lembrança de quem viveu aqueles tempos.

Mateus Guimarães, sobrinho do líder estudantil Honestino Guimarães desaparecido em 1973, defende que histórias como a do tio e de todos aqueles que lutaram por um país democrático se perdem com o desconhecimento dos pontos onde se passaram as cenas mais significativas da ditadura no DF: “Temos inúmeros espaços muito simbólicos de que a gente não tem informação alguma, como uma placa contando que ali aconteceu uma tortura. Os jovens não sabem que, mesmo na Esplanada dos Ministérios, pessoas sofreram torturas”, afirma.

O Museu Nacional Honestino Guimarães recebeu o nome do tio de Mateus. Mas a mudança deve, na opinião dele, vir acompanhada

de um processo de educação. “Eles não traduzem para sociedade todo o contexto histórico aos quais foram submetidos. Isso deixa a população completamente alheia ao processo histórico. Talvez o mais cruel disso tudo seja a gente não ter recuperado o sentido original da cidade”, analisa.

Samba

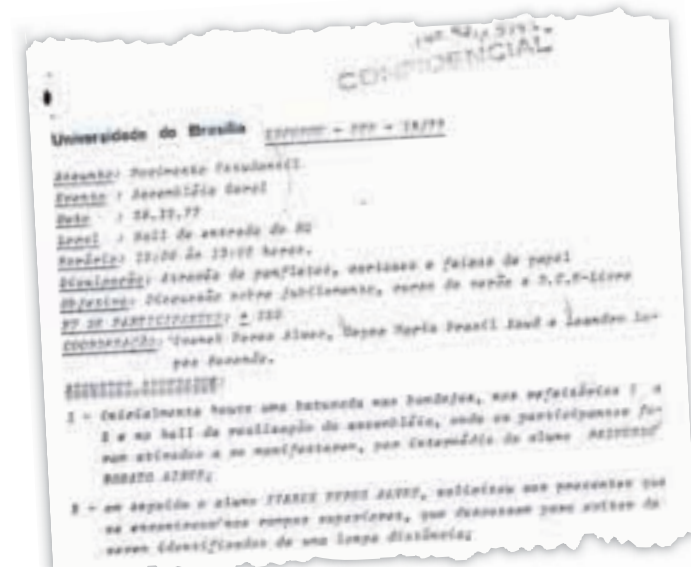
Na opinião do professor de história da UnB e integrante da Comissão da Verdade da instituição Daniel Faria, se a memória não tem lugar concreto para ser preservada, fica muito à mercê dos jogos políticos do momento e do esquecimento. “Em um lugar que passou por uma experiência traumática, é importante que as pessoas tenham um espaço para elaborar o passado. Se você finge que nada aconteceu, o trauma das pessoas, mesmo de quem não viveu diretamente, mas de alguma forma conviveu próximo a essa brutalidade toda, continua”, avalia.

Desde 6 de fevereiro de 1976, a ponte projetada por Oscar Niemeyer leva o nome do ex-presidente Arthur da Costa e Silva, em cujo governo recrudesceram a opressão e a censura do regime. Em duas iniciativas, em 1999 e em 2003, projetos de lei tentaram renomear o monumento — alguns foram rebatizados com a volta do regime democrático. A estrutura localizada no Lago Sul é a única que resiste, apesar de queixas de brasilienses. Em 11 de julho de 2012, a placa de identificação da ponte trocou a deferência ao militar por uma homenagem ao samba. Saiu Costa e Silva, entrou Bezerra da Silva. A intervenção é de autoria do Coletivo Transverso, grupo brasileiro que trabalha com arte e poesia urbanas.

Janine Moraes/CB/D.A.Press - 9/7/12



Protesto bem-humorado: a identificação da Ponte Costa e Silva, no acesso ao Lago Sul, foi alvo de críticas em julho de 2012



Informe de 1977 detalha a rotina estudantil: vigilância constante

Órgão poderoso

O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei nº 4.341, em 13 de junho de 1964, com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e no exterior. O general Golbery do Couto e Silva foi o idealizador do SNI quando trabalhava no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). Os fichários — cerca de 3 mil dossiês — com as informações das principais lideranças políticas, sindicais e empresariais do país foram absorvidos pelo serviço. O chefe do SNI tinha status de ministro.

Artigo

por Cristiano Paixão

Resistência e direitos humanos em Brasília

Durante a ditadura, o movimento estudantil e outras entidades da sociedade civil de Brasília resistiram à opressão e utilizaram a rua para protestar. A W3 era o centro dessas manifestações. No início dos anos 1980, a luta por eleições diretas tomou conta da cidade. O gramado em frente ao Congresso passou a ser lugar de reunião e de manifestação. Na Constituinte (1987-1988) e no

movimento pelo impeachment do então presidente Fernando Collor (1992), a Esplanada voltou a ser local de reivindicação, no primeiro caso, e indignação e protesto, no segundo.

E há o outro lado: Brasília também foi um local de repressão na ditadura. Instalações militares e prédios civis foram usados maciçamente para prisões ilegais, torturas e operações clandestinas dos órgãos de repressão.

Outros espaços urbanos foram invadidos e monitorados, como o câmpus da UnB.

Essa história — em todas as suas dimensões — precisa ser ensinada e discutida. E a memória da sociedade precisa ser também ativada. Há, no Brasil, locais de memória do período da repressão, como o Memorial da Resistência em São Paulo e o futuro Memorial da Anistia, em construção em Belo Horizonte. Capitais como Buenos Aires e Santiago têm importantes museus semelhantes.

E Brasília? A Comissão da Verdade da UnB tem reunido uma série de depoimentos, que contam uma história de coragem, de resistência e de luta por direitos e que merece ser amplamente co-

movimento estudantil”. Sobre cada pessoa, constam nome, endereço, filiação, nascimento e identidade. Depois dos dados iniciais, existe uma lista de eventos, assembleias e reuniões em que agentes infiltrados identificaram a presença deles desde 1974.

Os informes nº 18-77 e 19-77 descrevem as assembleias estudantis com cabeçalhos, que incluem assunto, local, data, horário, formas de divulgação e número de participantes. Ganham espaço as manifestações dos professores e indicavam afastamento de alunos e outras medidas, explica Parucker. O pesquisador defende o uso dessa papelada para montar um quadro mais nítido do momento histórico, identificando circunstâncias, vítimas, algozes e lugares.

Professor da Faculdade de Direito da UnB, coordenador de Relações Institucionais da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB, procurador regional do Trabalho e conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

Memória



A capital nos anos de chumbo

Em 20 de outubro, o Correio começou a publicar a série de reportagens Mapa da Ditadura (fac-símiles). O foco era a capital federal. Por ser o centro administrativo do país, a cidade reuniu também as sedes das forças policiais. Com entrevistas inéditas e documentos, o jornal revelou que muitos endereços brasilienses passaram a ser usados pelo governo para reprimir a chamada subversão da

população. Ministérios, o Teatro Nacional, o Pelotão de Investigações Criminais (PIC), no Exército, a Polícia Federal e o prédio do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) serviram para prisões e torturas. A Universidade de Brasília (UnB) teve o projeto educacional pioneiro interrompido e se tornou uma das instituições mais vigiadas, passando por todo tipo de intervenções. A resistência não esmoreceu. Os estudantes se organizaram na universidade e em escolas secundárias e se reuniram na Praça 21 de Abril, na W3 Sul.

CAIXA Ministério da Fazenda **BRASIL** PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

AVISO DE VENDA

Editais de Leilão Público nº 0040/2013/DF

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, por meio da Gerência de Filial Aliar Bens Móveis e Imóveis - GILIE/GO, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (s) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, discriminados no Anexo II do Edital. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados, no período de 28/10/2013 até 13/11/2013 em horário bancário, nas Agências da CAIXA situadas em Goiás e Distrito Federal, na Gerência de Filial Aliar Bens Móveis e Imóveis - GILIE/GO - Representação Brasília no endereço SEPN 512, LOTES 1 E 2, ED. JOSÉ ALENCAR, 4º ANDAR - ASA NORTE, Brasília/DF, em horário bancário e no escritório do Leiloeiro Roberto Braggio Júnior, situado no endereço: Área Especial 08, Lote D, Guarã II, Brasília/DF - Parque dos Leilões, fone (61) 3301-5051, em horário comercial. O Edital estará disponível também na Internet, na página da CAIXA www.caixa.gov.br e na página do leiloeiro, endereço www.parquedosleiloes.com.br. Os interessados que desejarem contar com financiamento, ou utilizar recursos do FGTS, deverão dirigir-se às Agências da CAIXA, em tempo hábil para intear-se das condições gerais e habilitar-se ao crédito, se for o caso, antes do prazo estipulado para realização do leilão. O Leilão realizar-se-á no dia 13/11/2013, às 14:00, no Área Especial 08, Lote D, Guarã II, Brasília/DF - Parque dos Leilões, na presença dos interessados ou seus procuradores que comparecerem no ato.

CAIXA Ministério da Fazenda **BRASIL** PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

AVISO DE VENDA

Editais de Leilão Público nº 0038/2013/DF

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, por meio da Gerência de Filial Aliar Bens Móveis e Imóveis - GILIE/GO, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (s) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, discriminados no Anexo II do Edital. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados, no período de 22/10/2013 até 06/11/2013 em horário bancário, nas Agências da CAIXA situadas em Goiás e Distrito Federal, na Gerência de Filial Aliar Bens Móveis e Imóveis - GILIE/GO - Representação Brasília no endereço SEPN 512, LOTES 1 E 2, ED. JOSÉ ALENCAR, 4º ANDAR - ASA NORTE, Brasília/DF, em horário bancário e no escritório do Leiloeiro Roberto Braggio Júnior, situado no endereço: Área Especial 08, Lote D, Guarã II, Brasília/DF - Parque dos Leilões, fone (61) 3301-5051, em horário comercial. O Edital estará disponível também na Internet, na página da CAIXA www.caixa.gov.br e na página do leiloeiro, endereço www.parquedosleiloes.com.br. Os interessados que desejarem contar com financiamento, ou utilizar recursos do FGTS, deverão dirigir-se às Agências da CAIXA, em tempo hábil para intear-se das condições gerais e habilitar-se ao crédito, se for o caso, antes do prazo estipulado para realização do leilão. O Leilão realizar-se-á no dia 06/11/2013, às 14:00, no Área Especial 08, Lote D, Guarã II, Brasília/DF - Parque dos Leilões, na presença dos interessados ou seus procuradores que comparecerem no ato.

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH **BRASIL** PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 25/2013
Processo nº: 2300.011208/2013-82

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH com sede na cidade de Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 15.126.437/0001-43, torna público que realizará licitação, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, sob o número 25/2013, do tipo MENOR PREÇO, cujo objeto é a eventual aquisição de Equipamentos de Neonatologia do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) para os Hospitais Universitários Federais, coordenados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH. A abertura da sessão pública para a formulação dos lances está prevista para ocorrer às 09:00 horas do dia 25/11/2013. A DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL se dará a partir do dia 06/11/2013, nos sites www.comprasnet.gov.br ou www.ebserh.mec.gov.br ou no endereço: Setor Comercial Sul-B, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre C, 1º andar - Brasília/DF - CEP 70.308-200.

Brasília, 06 de Novembro de 2013
Walmir Gomes de Sousa
Diretor Administrativo Financeiro